Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Sexta-feira, 6 de setembro de 2024

EDIÇÃO 25.158

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Demanda dos consumidores por financiamento sobe 5,5% em MG

ECONOMIA Indicadores favoráveis no Estado, como a redução na taxa de desemprego, estimulam a procura por crédito

Impulsionada pelo cenário econômico favorável, a demanda por crédito em Minas Gerais aumentou 5,5% em julho frente ao mesmo período do ano passado. De acordo com os dados da Serasa Experian, o crescimento no Estado superou o avanço médio no País, que ficou em 3,7%, a primeira alta depois de dois meses consecutivos de queda.

O economista Guilherme Almeida atribui a maior procura por financiamento dos consumidores mineiros a uma série de fatores. O especialista destaca que os setores de comércio e serviços estão em expansão, enquanto a taxa de desemprego, que está em 5,3%, registrou um recuo de 0,5 ponto percentual na comparação com 2023. Além disso, a renda do trabalhador subiu 7,5% em julho em relação a igual mês de 2023.

"Mais pessoas empregadas em Minas Gerais significa maior renda no mercado e, consequentemente, o acesso ao crédito torna-se mais facilitado", justifica o economista. Guilherme Almeida avalia que a maior parte dos empréstimos contraídos pelas famílias no Estado é destinada à aquisição de bens duráveis e semiduráveis. **PÁG. 3**

O aumento da renda dos trabalhadores aquece o consumo, refletindo em uma busca maior por empréstimos FOTO: DIVULGAÇÃO / FABIO ORTOLAN

Faturamento da indústria eletroeletrônica de Minas Gerais deve registrar avanço de até 6% em 2024

Com as vendas acima das previsões, o faturamento da indústria eletroeletrônica de Minas Gerais deve crescer entre 4% e 6% neste ano frente a 2023, ficando acima da média nacional, estimada em 2%. O presidente do Sinaees, Alexandre Magno, relaciona o desempenho positivo do setor no Estado com a especificidade dos fabricantes mineiros. "A área de geração, transmissão e distribuição de energia é muito forte em Minas Gerais", destaca. **PÁG. 6**

A indústria mineira de eletroeletrônicos tende a encerrar o ano com crescimento do faturamento acima da média nacional FOTO: GILSON ABREU / FIESP

RHI Magnesita amplia o portfólio de produtos destinados ao mercado da América do Sul

Especializada em soluções refratárias para processos de alta temperatura na indústria, a RHI Magnesita está ampliando o portfólio de produtos para a América do Sul. Com a aquisição da P.D. Refractories , a empresa passou a ofertar refratários para os setores de alumínio, vidro e coqueria. Com o objetivo de reduzir os custos com frete, parte da capacidade produtiva da P.D. Refractories da Europa será transferida para as plantas de Contagem e de Coronel Fabriciano. **PÁG. 9**

Parte da capacidade produtiva da P. D. Refractories da Europa será trasnferida para as fábricas de Contagem e de Coronel Fabriciano FOTO: DIVULGAÇÃO / RHI MAGNESITA

Cenário é positivo para o setor de de limpeza

PÁG. 4

Fabricantes mineiros lideram em inovação

PÁG. 12

Consumidores são atraídos pelo projeto Super Queijos

Criado pelo diretor da Rota do Queijo de Minas, Jordane Macedo, o projeto Super Queijos ganha a atenção dos consumidores. Segundo Renato Almeida Fonseca, proprietário da Dom Carmelo, o Soberano da Mantiqueira pesa 130 quilos, gastando 1.350 litros de leite. Os desafios para produzir super queijo passam pela estrutura física e maturação, exigindo fôrmas e manejo específico. **PÁG. 8**

O Soberano da Mantiqueira, produzido pela Dom Carmelo, pesa 130 quilos
FOTO: DIVULGAÇÃO / DOM CARMELO

EDITORIAL

O esperado aconteceu e a aposta solitária do presidente da República foi abandonada, com o prometido reequilíbrio fiscal, ou déficit zero, adiado para o próximo exercício. Nos laboratórios de Brasília a alquimia de sempre, baseada na fórmula mais fácil de elevação da carga tributária, continua sendo testada. A desculpa de que é necessário criar mecanismos compensatórios para a renúncia fiscal representada pela desoneração da folha de pagamentos. Assim entende também, pelo menos da boca para fora, o relator do Orçamento de 2025, senador Ângelo Coronel. Para ele, a meta do déficit zero é possível de ser alcançada, mas continua não fazendo sentido "sacrificar quem gera empregos, que são os empresários". **PÁG. 2**

DÓLAR DIA 5

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,5710	R$ 5,5710
TURISMO	R$ 5,6110	R$ 5,7910
PTAX (BC)	R$ 5,6043	R$ 5,6049

EURO DIA 5

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 6,2180	R$ 6,2192

OURO DIA 5

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.516,42
BM&F (g)	R$ 451,95

TR dia 6	0,0742%
POUPANÇA dia 6	0,5746%
IPCA – IBGE julho	0,38%
IPCA – IPEAD julho	0,55%
IGP-M julho	0,61%

BOVESPA

OPINIÃO

Supremo versus Musk: não confundir alhos com bugalhos

Marcelo Aith

Advogado criminalista. Mestre em Direito Penal pela PUC-SP. Latin Legum Magister (LL.M) em Direito Penal Econômico pelo Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa – IDP

Novamente o Supremo Tribunal Federal (STF) se tornou o centro das discussões no Brasil. Outra vez por conta de uma decisão proferida pelo ministro Alexandre de Moraes, que foi acompanhado à unanimidade pelos integrantes da 1ª Turma, a qual determinou a suspensão das atividades da plataforma X no Brasil, do bilionário Elon Musk, por descumprimento reiterado de ordens emanadas pela Corte Superior.

O estopim para a suspensão foi o descumprimento das leis brasileiras que exigem que empresas estrangeiras tenham representante legal no País. Musk, recentemente, decidiu que o X não teria mais representantes no Brasil, o que afronta, dentre outras normas, os artigos 977, inciso VI, e 1138, ambos do Código Civil brasileiro.

O empresário decidiu não cumprir as leis do Brasil para que suas empresas, em especial a plataforma X, pudessem atuar regularmente no País. Vamos lá tentar desenrolar esse novelo.

Consoante se extrai do artigo 997, inciso VI, do Código Civil, que a sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará "as pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, e seus poderes e atribuições". Por outro lado, o artigo 1138 estabelece que a "sociedade estrangeira autorizada a funcionar é obrigada a ter, permanentemente, representante no Brasil, com poderes para resolver quaisquer questões e receber citação judicial pela sociedade".

Com efeito, não há dúvida que a lei brasileira exige que uma sociedade estrangeira mantenha um representante no Brasil com poderes para resolver quaisquer questões, inclusive receber citações. No entanto, Musk deu de ombros para a legislação brasileira e para a ordem judicial do STF.

Qual seria a intenção de Musk em não ter mais representante legal no Brasil? Obviamente, ele objetiva não cumprir as regras previstas na Lei 12.965/2014 - Marco Civil da Internet -, que foi editada pelo Congresso Nacional, com escopo de estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.

Como se sabe, o artigo 19 do referido Marco Civil da Internet estabelece a responsabilidade civil do provedor, quando instado judicialmente para coibir crimes praticados por terceiros, não toma medida alguma para impedir ações ilícitas.

A decisão do STF determinou, com base no artigo 171, parágrafo 1º, da Lei 9472/97, a suspensão da atividade da Starlink, empresa da qual Musk é um dos acionistas, que comercializa acesso à internet por satélite. O referido artigo estabelece que: "O emprego de satélite estrangeiro somente será admitido quando sua contratação for feita com empresa constituída segundo as leis brasileiras e com sede e administração no País, na condição de representante legal do operador estrangeiro".

O empresário, de fato, deixou de cumprir inúmeras determinações judiciais para retirar da sua plataforma páginas de usuários que faziam apologia ao golpe de estado no Brasil. Objetivando permanecer sem cumprir as ordens judiciais, o empresário usou do subterfúgio rasteiro de retirar o representante legal do País.

O que Musk está a fazer é se colocar acima das leis do Brasil, em inequívoca afronta à soberania nacional. Não se pode confundir ofensa à liberdade de expressão ou censura, com descumprimento das leis internas do país para regular atuação no Brasil.

Muitos desavisados, que ignoram as leis do País, bradam aos quatros cantos que o Supremo Tribunal Federal está a ofender a liberdade de expressão. Na verdade, o empresário bilionário, que também gosta dos holofotes da mídia mundial, quer liberdade para propalar desinformações, inverdades, sem correr risco de sofrer as devidas consequências.

No entanto, em que pese a correção da decisão do STF em sua essência, a extensão dos efeitos sancionatórios aos terceiros que acessarem a plataforma X, afigura-se exagerada. Punir os usuários pelo mero acesso com a imposição de multa de R$ 50 mil é um prato cheio para que os opositores da Corte digam que há censura e ofensa à liberdade de expressão.

Embora esse equívoco da decisão, que já foi alvo de recurso manejado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), não há como afastar a adequação da decisão do STF, uma vez que qualquer empresa que queira atuar no Brasil tem que seguir as leis do País. Nenhuma empresa está acima da soberania nacional. Não confundamos alhos com bugalhos.

Nova Rota da Seda em alta na política internacional

Emanuel Pessoa

Advogado especializado em Direito Empresarial, Mestre em Direito pela Harvard Law School, Doutor em Direito Econômico e Professor da China Foreign Affairs University

A Rota da Seda é a responsável pelo primeiro grande déficit de comércio intercontinental. A mando da Dinastia Han, Zhang Qian, se aventurou rumo ao oeste da China, no ano 138 a.C. Em sua expedição, ele concluiu que era possível viajar com segurança naquela direção. Surgiu ali a primeira Rota da Seda, que foi responsável pela conexão entre Oriente e Ocidente.

Embora a China e o Império Romano nunca tenham estabelecido relações diplomáticas, havia comércio entre ambos, por meio de atravessadores ao longo da Rota. A China enviava seda para Roma, que pagava pelas mercadorias com prata, gerando o primeiro grande déficit comercial intercontinental.

Hoje, a China possui uma iniciativa de integração e cooperação internacional que leva o nome de Rota da Seda, abrangendo até mesmo países da África. Esse é um marco importante da política internacional chinesa e um contraponto claro às formas de integração propostas pelas potências ocidentais.

Em particular, diversamente dos Estados Unidos, a China evita se envolver nos assuntos domésticos e escolhas políticas de outros países, focando nas relações comerciais. A nova Rota é tão importante que até mesmo o Brasil já tentou aderir a ela em função dos investimentos e acesso a mecanismos de financiamento envolvidos.

Se a Rota irá deslocar o poder político global para a China, é necessário aguardar mais tempo. Certo é que ela comprova o poder econômico do gigante asiático.

EDITORIAL

Tomando a direção certa

O esperado aconteceu e a aposta solitária do presidente da República foi abandonada, com o prometido reequilíbrio fiscal, ou déficit zero, adiado para o próximo exercício. Ainda assim, nos laboratórios de Brasília a alquimia de sempre, baseada na fórmula mais fácil de elevação da carga tributária, continua sendo testada. Agora, entre outros argumentos, com a desculpa de que é necessário criar mecanismos compensatórios para a renúncia fiscal representada pela desoneração da folha de pagamentos e em toda essa conversa nenhum ingrediente novo, nada capaz de criar expectativas mais saudáveis.

Assim entende também, pelo menos da boca para fora, o relator do Orçamento de 2025, senador Ângelo Coronel. Para ele, a meta do déficit zero é possível de ser alcançada, mas continua não fazendo sentido "sacrificar quem gera empregos, que são os empresários. Então se o governo quer atingir o déficit zero tem que cortar despesas e não aumentar a carga tributária". O recado está dado e por sinal endossado também pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, para quem a matéria tem sabor indigesto entre os parlamentares, sendo muito difícil, se não impossível, acatar pedidos desse tipo.

Mesmo sendo necessário, em primeiro lugar lembrar e deixar bem claro que os próprios parlamentares são coautores na permanente gastança que consome recursos públicos de maneira – e para dizer o mínimo – um tanto imprópria, é preciso chamar atenção para o que vem sendo dito e só não parece ser escutado no Palácio do Planalto. Para que o reencontro do equilíbrio fiscal seja mais que discurso vazio, será preciso em primeiro lugar fechar a torneira dos gastos, impondo uma disciplina que há muito tempo não pode ser observada, abandonando-se de vez a ideia sempre inoportuna, embora também mais fácil, de atacar os bolsos dos contribuintes.

Como tem sido dito neste espaço e costuma ser repetido em outras esferas, esta é uma tarefa possível, fácil até diante dos abusos praticados, ficando os incômodos que gestores públicos não sabem ou não querem enfrentar por conta de interesses políticos que não podem vir à luz. Eis a verdade que ao mesmo tempo indica a direção a seguir, ficando a lembrança de que apenas cortando o supérfluo, os abusos, mordomias e inutilidades que adornam - ou conspurcam - o poder seria possível chegar a resultados muito rapidamente. Ou a uma disciplina que jamais poderia ter sido deixada de lado para voltar a ser o mais elementar dos pressupostos da vida saudável no espaço público. Tao simples quanto possível e urgente.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick
Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL

Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)

assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte
nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:

Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À

ANJ Associação Nacional de Jornais

SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Procura por crédito em MG supera média do País

SERASA EXPERIAN Crescimento foi de 5,5% em julho frente a 2023 e foi primeira alta após dois meses seguidos de queda no Estado; no Brasil, indicador subiu 3,7%

LEONARDO MORAIS

A procura por crédito em Minas Gerais avançou 5,5% em julho na comparação com o mesmo período de 2023. O crescimento, segundo dados do Indicador de Demanda dos Consumidores por Crédito da Serasa Experian, é superior aos 3,7% registrados no Brasil - primeira alta após dois meses seguidos de queda.

O resultado, segundo o economista Guilherme Almeida, vai de encontro ao cenário econômico no Estado, que está favorável para a busca de recursos financeiros. Ele avalia que os setores de comércio e serviços seguem em crescimento, além de maior redução na taxa de desemprego, que está em 5,3% - uma queda de 0,5 ponto percentual na comparação com o ano passado.

Com mais empregados no Estado, as cidades vivem um momento de movimento maior no consumo por parte das famílias. "Mais pessoas empregadas em Minas Gerais significa maior renda no mercado e, consequentemente, o acesso ao crédito torna-se mais facilitado", explica o economista.

No mês de julho, dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mostram que foram abertas 11,1 mil vagas de trabalho formais no Estado. Apesar de apresentar números inferiores ao mês anterior, quando somou 28,3 mil vagas, os resultados indicam que as oportunidades de emprego se recuperam em Minas Gerais.

Além das vagas de trabalho, Almeida destaca que outro fator segue impulsionando bons resultados no Estado: o aumento na renda do trabalhador mineiro, que está 7,5% maior em julho ao comparar com o ano passado. "Maior renda implica em maior consumo e consequentemente também eleva a probabilidade de acesso ao crédito", pontua.

Combinação de mais pessoas empregadas em Minas com maior renda no mercado significa acesso facilitado ao crédito e, portanto, maior consumo FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

Ao analisar os possíveis destinos dos recursos financeiros obtidos, o economista acredita que o uso de crédito para aquisição de bens duráveis e semiduráveis é o que predomina. "Apesar de existirem famílias que usam para refinanciar dívidas, os indicadores de atividade agregada e comércio vêm indicando que uma maior parcela desse crédito está sendo revertida para consumo", avalia.

Além disso, o alto endividamento da população revela que os mineiros estão com maiores compromissos financeiros. Para Almeida, esse indicador pode ser um sinal de que as pessoas estão utilizando crédito para adquirir outros bens, o que ajuda a movimentar a economia local.

Selic - Prevista para os dias 17 e 18 de setembro, a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) vai discutir o futuro da taxa Selic, que poderá aumentar, diminuir ou se manter estável. A taxa hoje está em 10,5% ao ano e uma provável alta, no entanto, poderá impactar o desempenho do acesso ao crédito no Brasil.

Para Guilherme Almeida, o melhor cenário seria o de manutenção na taxa de juros, seguindo os passos dos Estados Unidos, que já sinalizaram uma expectativa muito alta de redução nos juros. "Supondo que aumente, isso tem um impacto negativo porque gera uma percepção mais conservadora por parte das instituições que liberam crédito na economia", explica.

Os avanços na taxa de juros, segundo ele, levarão o País a uma leitura de custo do crédito em patamar restrito. A tendência, segundo ele, é que as instituições avaliem a liberação de novos créditos no mercado, especialmente conjugado com outros indicadores, mas um eventual aumento tende a ter um impacto mais restritivo na liberação de recursos financeiros.

Embora elevado com a atual taxa de juros, o crédito para o consumidor final está mais barato do que em julho de 2023. Segundo Almeida, a taxa média da operação de crédito com recursos livres para pessoas físicas está cerca de 7 pontos percentuais menor neste ano em comparação a 2023.

"Vivemos um combo de menor desemprego, maior renda e menor custo do crédito. Tudo isso tem se traduzido em expectativas positivas com relação ao consumo e o acesso ao crédito dos brasileiros", finaliza.

CESTA BÁSICA

Custo na Capital volta a cair em agosto

MARCO AURÉLIO NEVES

O custo da cesta básica em Belo Horizonte diminuiu novamente no mês de agosto e chegou a R$ 655,25, queda de 0,22% em relação ao mês anterior, segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O supervisor técnico do Dieese em Minas Gerais, Fernando Duarte, aponta que as reduções consecutivas nos últimos dois meses ajudam a ter um cenário de quase estabilidade no preço dos alimentos na Capital mineira.

Entre janeiro e agosto deste ano, oito produtos apresentaram alta no preço médio do conjunto de alimentos e produtos que satisfazem as necessidades básicas de um adulto. O café teve maior elevação, de 43,17%, seguido da banana, com 20,84% e do leite, com 15,65%. Outras altas foram registradas nos preços do arroz (11,9%), batata (8,2%), manteiga (3,84%), óleo de soja (2,13%) e pão francês (2%).

Cinco produtos que compõem a cesta básica em Belo Horizonte registraram queda nos preços: tomate (-29,28%), feijão (-15,88%), farinha de trigo (-6,78%), açúcar cristal (-6,05%) e a carne (-4,33%).

Aumento em 12 meses - Na comparação do valor cobrado pela cesta básica de Belo Horizonte em agosto de 2024 com igual mês de 2023, o levantamento mostra acréscimo de 1,43%. A queda na variação mensal anulou as altas acumuladas do ano – agora há redução de 0,16% no custo ao longo de 2024.

No acumulado dos últimos 12 meses, foram registradas elevações em nove dos 13 produtos da cesta da Capital, com a elevação mais expressiva na batata (58,17%), café em pó (41,70%) e arroz agulhinha (33,19%).

Quatro itens tiveram redução no preço médio nesse período. O tomate contou com a maior queda (-39,91%). Nesse tipo de comparação, a farinha de trigo teve queda de 17,10% na cesta básica da Capital, ocupando a segunda posição. Já a terceira colocação em termos de recuo foi do feijão carioquinha (-9,96%), seguida pela carne bovina de primeira (-0,91%).

Ainda cara - Em agosto de 2024, o trabalhador da Capital com remuneração de R$ 1.412 precisou trabalhar 102 horas e 5 minutos para adquirir a cesta. Em julho, eram 102 horas e 19 minutos. Em agosto de 2023, quando o salário mínimo era de R$ 1.320,00, foram 107 horas e 40 minutos.

Considerando o salário mínimo líquido, após o desconto de 7,5% da Previdência Social, o mesmo trabalhador precisou comprometer, em agosto de 2024, 50,17% da renda para adquirir os produtos da cesta básica. Em julho, o percentual gasto foi de 50,28%. Já em agosto de 2023, o trabalhador comprometia 52,91% da renda líquida.

Análise - Fernando Duarte comenta que a segunda queda consecutiva no custo da cesta básica de Belo Horizonte é explicada pela combinação entre a redução no preço da maioria dos alimentos e o peso representativo desses produtos na cesta. "Mês passado foram nove produtos em queda. Esse mês foram sete em queda, uma estabilidade e cinco altas, sendo quedas concentradas naqueles produtos importantes - e queda significativa", disse.

Produtos como banana e café em pó, que acumularam altas expressivas tanto na variação mensal, no ano e nos últimos 12 meses, impediram uma redução maior em Belo Horizonte. Principalmente a banana que, diferentemente do café, tem peso significativo no levantamento.

Alimentos como feijão e tomate influenciaram a cesta belo-horizontina do lado contrário. Os dois, com pesos representativos, registraram grandes reduções no mês, no ano e nos últimos 12 meses e ajudaram, juntamente com outros alimentos, a equilibrar o custo da cesta básica em 2024.

"Temos observado que a cesta teve elevação de preço muito forte no início do ano e agora vai tá tendo uma queda a ponto de ter anulada a alta do início do ano. Nós estamos numa quase estabilidade de preço", afirma Duarte.

O supervisor técnico do Dieese ressalta que algumas reduções não significam necessariamente produtos baratos, mas um ajuste de preços. É o caso da batata, com queda de 26,81% no mês, mas alta de 58,17% nos últimos 12 meses.

GIRO PELO MUNDO

STEFAN SALEJ

Ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), empresário, analista da política internacional e presidente da Slovenian Global Business Network

África e Brasil: oportunidade para negócios

Metade de população brasileira se declara afrodescendente. O continente africano, com seus 54 países e 1,5 bilhão de habitantes, já foi um parceiro político e comercial importante. De 7% em 2007, o nosso comércio exterior caiu para 3,5% em 2023. Exportamos US$ 13,2 bilhões, importamos US$ 9 bilhões, e nossos investimentos lá, US$ 2,1 bilhões, é menor do que os dos africanos aqui.

Um continente que não se livrou de suas amarras coloniais, dividido em tribos – só na África do Sul são faladas 11 línguas –, com seus dirigentes se mantendo na maioria dos países longo tempo no poder. Veja a família Bongo no Gabão, cujas práticas democráticas têm cada vez mais participação de militares.

No último ano foram oito golpes de estado, fora os conflitos na região do Sahel, Sudão, Eritreia e Somália. Importantes rotas marítimas são ameaçadas por grupos terroristas islâmicos como El Shabab. A crise humanitária, que com a seca atinge o continente, leva a Namíbia, ex-colônia alemã, a declarar que matará elefantes para que a população tenha carne para comer. As estruturas de poder têm alto nível de corrupção, elites ricas e um nível de miséria incomparável. A África em 2050 passará a ter 25% de população mundial, ou seja, 1 em quatro habitantes do planeta será africano. A América Latina passará de 8,6% para 6,9%.

Ainda tem o fenômeno chinês: ofereceram tudo aos países pobres de infraestrutura e ricos em minérios. A África deve um total de US$ 1,1 trilhão, e em seus países 900 milhões de habitantes, de um total de 1,5 bilhão, despendem mais com o pagamento de juros do que com saúde e educação. Na Nigéria, com US$ 40 bilhões de dívida externa, 40% de população vive em extrema pobreza. E a China está implacável na cobrança de sua dívida.

O Brasil já foi um parceiro importante. Treinamos diplomatas no Gabão, participamos da descolonização de Angola e Moçambique, tivemos investimentos pesados na área de mineração e petróleo, treinamos militares, trouxemos a África do Sul para os BRICS, fizemos obras na Mauritânia, vendemos tucanos e Lula, no seus dois primeiros governos, visitou a África, onde temos representação diplomática em 31 países com 87 diplomatas (número igual ao de Paris), oito vezes.

O continente está lá, com suas mazelas, mas também suas oportunidades. Politicamente é importante para o Brasil, mas o seu potencial de crescimento, mesmo com a invasão chinesa que está se esgotando, oferece uma enorme oportunidade para negócios. O Brasil é bem visto e quisto, mas a política brasileira para o continente não pode andar na gangorra de uma visão de curto prazo e frases de efeito. Precisa de uma estratégia, que já existiu anteriormente e foi muito lucrativa, consistente.

E nisso o governo e suas instituições, como o Banco do Brasil e o BNDES, exercem um papel crucial para que os empresários, em especial médios, voltem para o continente.

Fabricantes de produtos de limpeza estimam crescer 5%

INDÚSTRIA Setor em Minas Gerais está otimista com os resultados deste ano, após movimentar entre R$ 7 bilhões e R$ 9 bilhões em 2023

LEONARDO MORAIS

A indústria de limpeza segue apresentando bons resultados no cenário nacional, incluindo em Minas Gerais. Após movimentar entre R$ 7 bilhões e R$ 9 bilhões no ano passado, o setor, no Estado, projeta encerrar 2024 com crescimento próximo a 5% na comparação com o exercício passado.

A estimativa foi divulgada pelo diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins (Abipla), Paulo Engler. Com cerca de 700 fábricas, Engler destaca que o Estado atualmente é o segundo maior polo de produtos de limpeza do Brasil, atrás apenas de São Paulo - e juntos correspondem a 50% da produção nacional.

Nos últimos três anos, o Estado avançou consideravelmente em produção, com destaque para a inauguração de três grandes fábricas, sendo duas na cidade de Itajubá, Sul de Minas. "Vivemos um momento de avanço nas fábricas tradicionais e de maturidade de produção dessas novas fábricas. Acredito que isso possa movimentar o mercado de fornecedores e atrair novos fabricantes", afirma o diretor da Abipla.

No Brasil, o setor encerrou o primeiro semestre com avanços de 10,9% na produção física - índice superior ao crescimento geral da indústria (2,6%) no mesmo período. As informações foram apuradas com base nas informações da Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O crescimento, segundo Engler, pode ser justificado por fatores macroeconômicos, como a queda no desemprego, a melhora substantiva na renda e a estabilidade em preços públicos, como energia elétrica e combustível. Ao analisar o cenário externo, ele cita que a estabilização dos preços internacionais de matéria-prima, que seguiam em crescimento, agora estão retornando para valores pré-pandemia.

"Acredito que o principal impulso para a alta seja a estabilização de preços de insumos e energia para os fabricantes, que conseguiram repassar a redução dos custos industriais ao consumidor", analisa.

Impostos - Apesar dos avanços, a indústria de limpeza demonstra preocupação com relação a discussões relacionadas a importação de matérias-primas químicas. Segundo Engler, o governo federal, junto a entidades debatem a respeito da medida, que, se aprovada, poderá aumentar impostos e alíquotas de importação que podem afetar o custo ao consumidor final.

A discussão, segundo ele, divide parte da categoria, que busca pela aquisição de produtos com os melhores preços e ao mesmo tempo deseja fortalecer a compra no mercado nacional. "Parte das matérias-primas não são fabricadas no Brasil e quando é fabricada o preço é extremamente elevado. Hoje é mais barato eu trazer dos Estados Unidos do que comprar no polo químico de Uberlândia, por exemplo", afirma.

> "Nos últimos três anos, o Estado avançou consideravelmente em produção, com destaque para a inauguração de três grandes fábricas"

Minas Gerais concentra o segundo maior polo da indústria de produtos de limpeza no Brasil FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

Atualmente, Engler garante que a indústria de limpeza não repassa custos da inflação nos produtos finais em razão dos preços negociados no mercado externo. Conforme divulgado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), a inflação dos produtos de limpeza se manteve negativa (-1,44%) no primeiro semestre - isso significa que os preços dos produtos nas prateleiras estão mais baixos do que no ano passado.

Outro desafio enfrentado pela categoria parte pelo combate à pirataria e misturas caseiras. "Estamos fazendo um trabalho de conscientização através de programas educativos em feiras, eventos e escolas, ensinando de forma lúdica para que as pessoas tomem conhecimento dos riscos", detalha.

Expectativa - Para o segundo semestre deste ano, a expectativa é que a indústria de limpeza cresça acima do Produto Interno Bruto (PIB), com avanços de 5%, encerrando 2024 com movimentação superior a R$ 60 bilhões. "Tivemos um movimento expressivo nos últimos dois anos e se nós conseguirmos melhorar a performance de vendas, em breve haverá novos investimentos, como novas fábricas", afirma.

SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

DIÁRIO DO COMÉRCIO INTEGRA MINAS

O DIÁRIO DO COMÉRCIO, em parceria com o Sindijori-MG, mantém um espaço de interação com os municípios mineiros através de seus veículos associados. A coluna Integra Minas é publicada às sextas-feiras e tem o objetivo de aproximar questões que impactam o ambiente econômico e empresarial do Estado em uma via de mão dupla, trazendo e levando informações criando uma rede que "Integra Minas".

Caeté já tem racionamento de água

Há mais de quatro meses sem chuva, o sistema de abastecimento de água de Caeté será modificado por conta da estiagem, para preservar a captação de água e manter a cidade abastecida. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto está trabalhando com horário de segurança hídrica, que consiste em não fornecer água para alguns bairros das 12h às 18h, devido ao calor excessivo e ao impacto na captação de água. Segundo a autarquia, até que passe essa onda de calor, o abastecimento seguirá em horário noturno, sem que haja necessidade de fazer rodízio. **(Jornal Opinião – Caeté)**

Ar de Uberaba é considerado insalubre

O ar em Uberaba foi considerado insalubre para grupos sensíveis, como crianças, idosos e pessoas com problemas respiratórios, devido ao impacto das queimadas. A qualidade do ar na cidade é preocupante, comparável à de Pequim, e as autoridades locais recomendam medidas de precaução, como o uso de máscaras e evitar locais com muita fumaça. A Codau também alertou sobre a redução crítica da vazão dos rios locais. **(Jornal da Manhã – Uberaba)**

Região de Uberlândia alcança US$ 1,53 bi em exportações

No primeiro semestre de 2024, a Região Intermediária de Uberlândia alcançou um recorde de US$ 1,53 bilhão em exportações, marcando um crescimento de 4,01% em relação ao ano anterior. A região exportou 2,19 milhões de toneladas de produtos, um aumento em relação às 2,05 milhões de toneladas do período anterior. Uberlândia e Araguari foram responsáveis por 63,42% do valor total exportado. A região viu um aumento nas exportações de carne bovina e café, impulsionado pela demanda dos Estados Unidos. **(Diário de Uberlândia)**

Congonhas sedia Circuito Regional e-Minas

Congonhas sediará a última edição do Circuito Regional e-Minas 2024 no dia 24 de setembro, a partir das 13h30, no Museu de Congonhas. O evento, promovido pela Associação Comercial Industrial e de Serviços de Congonhas (Acisc) e pela Federaminas, reunirá empresários, gestores públicos e a comunidade para discutir o desenvolvimento econômico da região. O painel "Pelo Desenvolvimento de Minas" abordará temas como a duplicação da BR-040 e o fortalecimento do empreendedorismo local. **(Correio da Cidade – Conselheiro Lafaiete)**

Gasolina por até R$ 6,64 em Juiz de Fora

A gasolina comum em Juiz de Fora pode ser encontrada por valores que variam entre R$ 5,74 e R$ 6,64, enquanto o preço do etanol comum oscila de R$ 3,89 até R$ 4,69. As informações foram retiradas da pesquisa mais recente da Agência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF). O objetivo da pesquisa é verificar a variação dos valores cobrados pelos combustíveis na cidade. Ao todo, 73 postos de combustíveis são monitorados a partir das notas fiscais emitidas, com atualização semanal de preços desde o início deste ano. **(Tribuna de Minas – Juiz de Fora)**

Patrocínio em 1º lugar na saúde

Patrocínio se destacou no setor de saúde ao alcançar o 1º lugar na região Sudeste e o 4º lugar no *ranking* nacional de qualidade da saúde, segundo uma pesquisa do CLP – Centro de Liderança Pública. A análise, que incluiu 404 municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes, avaliou indicadores como mortalidade materna, desnutrição e obesidade infantil, mortalidade infantil e por causas evitáveis. O reconhecimento se deve aos investimentos e ações eficazes em saúde realizados pelo município, destacando-o no cenário nacional pela excelência no uso de recursos e na gestão da saúde pública. **(Jornal de Patrocínio)**

Canoístas vão percorrer o rio São Francisco

Um grupo de canoístas viaja para participar da 4ª etapa de uma expedição de quase 3 mil quilômetros pelo rio São Francisco de caiaque. Ao longo da expedição, os esportistas vão passar por 521 municípios e cinco estados. O evento, que leva o nome do rio, apresenta histórias, caminhos e locais da natureza ao redor do rio São Francisco. A trajetória começou na nascente do rio, no alto do Parque Nacional da Serra da Canastra, e terminará na foz, em Alagoas. **(Agora – Além Paraíba)**

Irrigação impulsiona produtividade

A irrigação está transformando a produtividade agrícola em Minas Gerais, com áreas irrigadas produzindo até três vezes mais arroz e feijão do que as áreas não irrigadas. O Estado é o segundo no País em área irrigada, especialmente nas regiões Norte e Noroeste. A tecnologia permite até três safras por ano e melhora a qualidade dos produtos, beneficiando-se também dos investimentos do governo de Minas em infraestrutura elétrica e legislação favorável. Além disso, a Lei da Agricultura Irrigada Sustentável facilita a ampliação das áreas irrigadas sem necessidade de desmatamento. **(Gazeta de Varginha)**

Candidaturas femininas estagnadas

Um estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) revela que, apesar do aumento geral na participação feminina nas eleições, as candidaturas femininas às prefeituras na Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA) estão estagnadas em relação a 2020, com apenas 19,05% das candidaturas sendo de mulheres. Em comparação com o ano 2000, a proporção de candidaturas femininas aumentou de 8% para 15%, mas ainda não reflete a maioria feminina da população. **(Diário do Aço – Governador Valadares)**

Divinópolis tem 16 denúncias eleitorais

Em meio ao período eleitoral, diversas denúncias quanto às propagandas irregulares chegam à Justiça Eleitoral. Nas eleições de 2024, essas práticas são denunciadas por meio do 'Aplicativo Pardal'. De acordo com informações atualizadas pelo aplicativo, o País tem 20.953 denúncias de propagandas eleitorais irregulares nas campanhas de 2024. Minas Gerais contabiliza 2.386 casos. Segundo dados do aplicativo, em Divinópolis, 16 denúncias de propagandas irregulares foram computadas, sendo o município com mais registros na região. Depois, vem Itaúna, com 14 denúncias, e Oliveira, com 10 registros. **(Jornal Agora – Divinópolis)**

Investimento em energia renovável é um dos pilares ambientais da ArcelorMittal

SUSTENTABILIDADE **Empresa, que há anos investe em tecnologias mais limpas, foi pioneira ao lançar a meta de ser carbono neutro até 2050, com um passo intermediário de reduzir as emissões em 25% até 2030**

MARA BIANCHETTI, Editora

Já não é de hoje que a máxima de que é impossível aliar preservação do meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico deixou de ser unânime entre interlocutores do setor produtivo. Em um mundo cada vez mais competitivo que, ao mesmo tempo, exige empresas ambientalmente responsáveis, sai na frente quem investe e adota tecnologias capazes de alavancar a produção, sem deixar de lado o cuidado com o futuro do planeta e das pessoas. Destaca-se ainda mais quem comunica seus feitos e compromissos aos *stakeholders* e à sociedade em geral.

A ArcelorMittal apresenta à sociedade as iniciativas que têm sido adotadas no campo da sustentabilidade, governança e responsabilidade social, em que demonstra o comprometimento com o meio ambiente e a vida das pessoas. Este compromisso está retratado na publicação anual do seu Relatório de Sustentabilidade com temas relacionados às 17 metas globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ODS), que também norteiam as 10 Diretrizes de Desenvolvimento Sustentável (DDS) adotadas globalmente pelo Grupo ArcelorMittal.

A ArcelorMittal tem firmado *joint ventures* para a instalação de empreendimentos de fontes renováveis no País. O primeiro deles foi com a Casa dos Ventos, uma das maiores desenvolvedoras de projetos e operadoras de energia eólica no Brasil FOTO: VINICIUS DAL COLLETTO

Entre os temas elencados pela companhia como prioritários, destaque para a eficiência energética e para os novos investimentos em energia renovável, uma vez que a indústria siderúrgica consome significativas quantidades do insumo. Há anos a empresa investe em tecnologias mais limpas e práticas de produção sustentável, como a utilização de energia renovável e processos de captura de carbono.

A ArcelorMittal Brasil destaca-se pela excelência de sua gestão ambiental, com altos índices de geração própria de energia, recirculação de água, preservação da fauna e flora, aproveitamento de coprodutos e reciclabilidade. Prova disso é que a empresa foi pioneira ao lançar a meta de ser carbono neutro até 2050, com um passo intermediário de reduzir as emissões em 25% até 2030.

A busca por eficiência energética e por fontes renováveis é parte fundamental desse processo, mas não se limita à redução no consumo. Por isso, a empresa busca autossuficiência em energia elétrica, por meio de investimento contínuo em autoprodução e aumento da capacidade de geração.

Nesta área, a meta da ArcelorMittal Brasil é alcançar 100% de fontes renováveis em energia elétrica até 2030. A título de comparação, também no ano passado, a média de consumo de energia anual da companhia foi cerca de 715 MW médios. Para isso, as unidades da siderúrgica no País atuam com sistemas de recuperação de calor e/ou reaproveitamento dos gases provenientes dos processos produtivos. Aqui, destaque para a planta de Tubarão, maior usina do Grupo ArcelorMittal no Brasil, localizada no município de Serra (ES), autossuficiente em capacidade de geração de energia elétrica desde 1999, contribuindo dessa forma para diminuição de demanda de energia elétrica do sistema elétrico nacional. Da mesma forma, a unidade do Pecém, no Ceará, que também é autossuficiente.

> **"Entre os temas prioritários, destaque para a eficiência energética e para os investimentos em energia renovável, uma vez que a indústria siderúrgica consome quantidades significativas do insumo"**

Transição é passo para a estratégia de descarbonização da produção

Para garantir a autossuficiência em energia, a ArcelorMittal tem firmado joint ventures para a instalação de novos empreendimentos de fontes renováveis no País. No total foram firmados acordos que somam R$ 5,8 bilhões em investimentos. O primeiro deles foi com a Casa dos Ventos, uma das maiores desenvolvedoras de projetos e operadoras de energia eólica no Brasil, com aportes de R$ 4,2 bilhões. O parque eólico terá capacidade de produção de 553,5 MW e será instalado nos municípios de Morro do Chapéu e Várzea Nova, na Bahia.

A ArcelorMittal Brasil busca autossuficiência em energia elétrica, por meio de investimento contínuo em autoprodução e aumento da capacidade de geração FOTO: DIVULGAÇÃO / CASA DOS VENTOS

Em agosto deste ano, o projeto foi ampliado e uma nova joint venture foi criada para tornar híbrido o Complexo Eólico Babilônia Centro, viabilizando a instalação de uma planta fotovoltaica junto ao empreendimento eólico, que será responsável pelo abastecimento de aproximadamente 30% do consumo elétrico da ArcelorMittal no Brasil.

Já com a Atlas Renewable Energy, a empresa celebrou um acordo que prevê aportes de R$ 895 milhões na construção do Parque Luiz Carlos, de energia solar, em Paracatu, no Noroeste de Minas Gerais. A produção prevista é de 69 MW médios/ano e potência instalada de 269 MW.

A transição energética é um passo fundamental dentro da estratégia de descarbonização da empresa. Além de garantir o suprimento das plantas industriais com fonte própria de energia renovável, os investimentos visam à diversificação da matriz energética, a redução dos custos operacionais e aumento da nossa competitividade. "Os projetos nos preparam para o futuro, garantindo que possamos atender nossas necessidades de energia no longo prazo de forma sustentável e com redução de custos", destaca o presidente da ArcelorMittal Brasil e CEO ArcelorMittal Aços Longos e Mineração LATAM, Jefferson De Paula.

Plano Diretor - O Plano Diretor de Eficiência Energética elaborado pela ArcelorMittal contempla o desenvolvimento e monitoramento do consumo e geração de energia. Além disso, em 2012, a ArcelorMittal Brasil criou a ArcelorMittal Comercializadora de Energia (Amcel) para aprimorar sua gestão do insumo e criar oportunidades de redução de custo de energia e melhorias na autogeração, bem como investir na implementação de projetos de eficiência energética.

Atualmente, a companhia possui 61% de autoprodução de energia, que supre a demanda da empresa por meio de centrais hidrelétricas localizadas nas unidades de aços longos. A compra do restante (39%) é feita junto a fornecedores com geração de energia limpa e renovável. Como alternativa, a unidade de Juiz de Fora, na Zona da Mata, faz uso do carvão vegetal, utilizado como agente redutor do minério de ferro em seus altos-fornos. Mas a meta é atingir 100% de autogeração. **(MB)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal

Acesse também através do QR CODE ao lado.

BANCO SEMEAR

CNPJ 00.795.423/0001-45
NIRE 31.3.0001122-4

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO BANCO SEMEAR S.A.

I – LOCAL, DATA E HORA: Sede social, na Av. Afonso Pena, 3.577 – 2º. e 3º. andares, bairro Serra, CEP 30.130-008, em Belo Horizonte – Minas Gerais, 05 (cinco) de dezembro de 2.023 (dois mil e vinte e três), 10:00 (dez) horas. **II – PRESENÇAS:** Acionistas representando a maioria das ações com direito a voto. **III – MESA: Presidente:** Márcio José Siqueira de Azevedo. **Secretário:** Ilvio Braz de Azevedo. **IV – CONVOCAÇÃO:** Edital de "Primeira Convocação" publicado no "Diário do Comércio", nos dias 17, 18 e 21 de novembro de 2023, nas páginas 6, 6 e 6, respectivamente, da edição impressa e nas páginas 1, 1 e 1, respectivamente, da edição digital. Edital de "Segunda Convocação" publicado no "Diário do Comércio", nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2.023, nas páginas 6, 7 e 6, respectivamente, da edição impressa e nas páginas 1, 1 e 1, respectivamente, da edição digital. **V – LAVRATURA DA ATA:** De acordo com o § 1º. do artigo 130 da Lei nº 6.404/1.976. **VI – DOCUMENTOS:** Ficarão arquivados na Sede Social, autenticados pela Mesa, todos os documentos referidos nesta Ata, conforme alínea "a", §1º, do artigo 130 da Lei nº 6.404/1.976. **VII – ORDEM DO DIA: 7.1)** – Deliberar sobre a criação de nova carteira operacional; **7.2)** – consequente alteração do Estatuto Social. **VIII - DELIBERAÇÕES:** Foi deliberado, por unanimidade dos presentes: **8.1)** – a aprovação da criação da carteira de investimentos, condicionada à prévia aprovação do Banco Central do Brasil; **8.2)** – em decorrência da deliberação tratada no item 8.1), a aprovação da consequente alteração e consolidação do Estatuto Social, com a alteração da redação do Artigo 3º, que passa a vigorar da seguinte forma: "Art. 3º. A Sociedade é uma Banco Múltiplo, tendo por objeto a realização de operações bancárias, por intermédio das carteiras comercial; das carteiras comercial; de investimento; de crédito, financiamento e investimentos; e câmbio, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras sociedades." Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia da qual, para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por todos os acionistas presentes assinada. Belo Horizonte/MG, 05 de dezembro de 2.023. Márcio José Siqueira de Azevedo – Presidente; Ilvio Braz de Azevedo – Secretário; Aguinaldo Lima Azevedo Sobrinho; Artur Geraldo de Azevedo; Elcio Antonio de Azevedo; Ilvio Braz de Azevedo; Márcio José Siqueira de Azevedo; e Maria José Siqueira Azevedo Fialho. **CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO PRÓPRIO. BANCO SEMEAR S.A.** ***Márcio José Siqueira de Azevedo - Presidente da Assembleia. Ilvio Braz de Azevedo - Secretário da Assembleia.***

BANCO SEMEAR S.A.
ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – NOME, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO - Art. 1º. – O **BANCO SEMEAR S. A.** é uma instituição financeira, de capital fechado, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que se regerá por este Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º.** – A Sociedade tem sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, podendo por deliberação da Diretoria e atendidos os requisitos legais e regulamentares, abrir e encerrar agências, filiais e outras dependências em qualquer parte do território nacional e no exterior, assim como contratar e distratar correspondentes no país. **Art. 3º.** A Sociedade é uma Banco Múltiplo, tendo por objeto a realização de operações bancárias, por intermédio das carteiras comercial; de investimento; de crédito, financiamento e investimentos; e câmbio, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras sociedades. **Art 4º.** - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **CAPÍTULO II – CAPITAL E AÇÕES - Art. 5º.** – O capital social é de R$113.068.186,66 (cento e treze milhões, sessenta e oito mil, cento e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos), representado por 138.363.972 (cento e trinta e oito milhões, trezentas e sessenta e três mil, novecentas e setenta e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Art. 6º.** - Por deliberação da Assembleia Geral, a Sociedade poderá criar outra espécie de ação, fixando os direitos e vantagens a ela inerentes. **Art. 7º.** - A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Art. 8º.** - Entende-se por Ações de Controle o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Sociedade. Entende-se por Acionista(s) Controlador(es) o acionista ou o grupo de acionistas vinculados por Acordo de Acionistas ou sob controle comum que exerça o Poder de Controle da Sociedade. Entende-se por Poder de Controle ou Controle o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Sociedade, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. **CAPÍTULO III – SUBSCRIÇÃO E ALIENAÇÃO DE AÇÕES - Art. 9º.** - Os acionistas terão direito de preferência na aquisição, cessão, doação, transferência ou subscrição de ações da Sociedade, nos termos da legislação em vigor. **§ 1º.** - Na hipótese de subscrição de ações, os acionistas terão prazo de 30 (trinta) dias para exercer o direito mencionado, a contar da Comunicação aos Acionistas. **§ 2º.** - Caso um acionista receba ou decida formular a um terceiro (Potencial Comprador) proposta em que ofereça a venda, contrate ou concorde em vender, empenhe ou de outra forma aliene, direta ou indiretamente, quaisquer ações (Acionista Ofertante), deverá antes oferecer as ações ao demais acionistas (Acionistas Ofertados) mediante o envio de notificação (Notificação de Venda) contendo, no mínimo: **i)** - a quantidade e espécie das ações ofertadas; **ii)** - o preço a ser pago por espécie e classe de ações, conforme o caso; **iii)** - o prazo e as condições de pagamento do preço; **iv)** - as condições de validade da oferta e **v)** - a qualificação completa da(s) pessoa(s) interessada(s) e descrição do grupo econômico ao(s) qual(is) pertença(m), interessados na aquisição de tais bens e direitos, até o nível de pessoa física. **§ 3º.** - A Notificação de Venda será considerada como uma oferta de cessão irrevogável e irretratável para o Acionista Ofertante a partir do momento em que os Acionistas Ofertados receberem o mencionado documento. **§ 4º.** - Os Acionistas Ofertados terão o direito de adquirir as ações, total ou parcialmente, de acordo com a proporção das ações por eles detidas no capital social da Sociedade, acrescida de eventuais sobras, se assim solicitarem por escrito. O direito de preferência deverá ser exercido por meio de notificação (Notificação de Compra) a ser enviada ao Acionista Ofertante, confirmando a intenção de adquirir as ações e eventuais sobras não adquiridas pelo demais acionistas. **§ 5º.** - A Notificação de Compra deverá ser enviada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Notificação de Venda, sob pena de preclusão do direito de preferência concedido aos Acionistas Ofertados. A Notificação de Compra será tida como aceitação irrevogável e irretratável da oferta a partir do momento em que o Acionista Ofertante a receber. **§ 6º.** - A formalização da transferência das ações deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias contados do vencimento do último dia do prazo para o exercício do direito de preferência, a ser calculado na forma do parágrafo anterior. **§ 7º.** - Caso nenhum dos acionistas exerça o direito de preferência na forma acima descrita ou somente parte deles o exerça sem que a reserva de sobras contemple a totalidade das ações ofertadas, o Acionista Ofertante poderá ceder livremente as ações não adquiridas a qualquer Potencial Comprador, nos exatos termos e condições contidos na Notificação de Venda. A transferência das ações deverá se concretizar em até 60 (sessenta) dias contados do vencimento do último prazo para o exercício do direito de preferência, sob pena de ter que repetir o procedimento e prazos de notificações presentes neste Artigo. **§ 8º.** - Os procedimentos previstos neste Artigo deverão ser submetidos, quando for o caso, à aprovação do Banco Central do Brasil nos termos exigidos pela regulamentação aplicável. **Art. 10** - Sem prejuízo do direito de preferência previsto no Artigo 9º., na hipótese de qualquer acionista receber oferta firme para alienar, direta ou indiretamente, as ações de sua titularidade a terceiro(s), fica assegurado aos demais acionistas o direito de exigir que essa alienação de ações por parte daquele acionista cedente englobe a totalidade das ações ordinárias então detidas pelos demais acionistas nos mesmos termos e condições ofertados (Direito de Venda Conjunta). **§ 1º.** - Para efeitos do disposto neste Artigo, o acionista cedente deverá notificar, por escrito, aos demais acionistas sobre o recebimento de oferta firme para alienação de suas ações a terceiro(s) (Notificação de Venda Conjunta), informando os termos da oferta, o qual deverá conter, mas sem limitação: **i)** - a quantidade e espécie das ações envolvidas; **ii)** - o preço a ser pago por classe e espécie de ações, conforme o caso; **iii)** - o prazo e as condições de pagamento do preço; **iv)** - as condições de validade da oferta e **v)** - a qualificação completa da pessoa interessada e descrição do grupo econômico ao(s) qual(is) pertença(m), até o nível de pessoa física. **§ 2º.** - No prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Notificação de Direito de Venda Conjunta contendo os termos da oferta, em conformidade com o § 1º. acima, os demais acionistas deverão responder, por escrito ao acionista cedente, se deseja(m) exercer o direito de preferência a que se refere o Artigo 9º, ou se exercerá(ão) ou não o Direito de Venda Conjunta. **§ 3º.** - Caso o Direito de Venda Conjunta seja exercido pelos demais acionistas, estes deverão aderir integralmente aos termos e condições que forem contratados pelo acionista cedente. **§ 4º.** - Com o exercício do Direito de Venda Conjunta, os demais acionistas deverão tomar ou fazer com que sejam tomadas todas as providências necessárias para a consumação da venda de suas ações, nos termos deste Artigo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados após o prazo fixado no § 2º. acima. **Art. 11** - Sem prejuízo do direito de preferência previsto no Artigo 9º, na hipótese dos Acionistas Controladores (que detêm o bloco de controle) desejarem alienar a totalidade das Ações de Controle a terceiros (não relacionados com as Partes), os Acionistas Controladores terão o direito de exigir que os demais acionistas alienem, em conjunto com os Acionistas Controladores, a totalidade das Ações de que são titulares, nas mesmas condições, inclusive de preço por ação. (Obrigação de Venda Conjunta). **§ 1º.** - Para efeitos do disposto neste Artigo, os Acionistas Controladores deverão notificar, por escrito, os demais acionistas sobre o recebimento de oferta firme para alienação de suas ações a terceiro (Notificação de Obrigação de Venda Conjunta), informando os termos da oferta, o qual deverá conter, mas sem limitação: **i)** - a quantidade e espécie das ações envolvidas; **ii)** - o preço a ser pago por classe e espécie de ações, conforme o caso; **iii)** - o prazo e as condições de pagamento do preço; **iv)** - as condições de validade da oferta e **v)** - a qualificação completa da pessoa interessada e descrição do grupo econômico ao qual pertença, até o nível de pessoa física. **§ 2º.** - Os demais acionistas deverão, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Notificação de Obrigação de Venda Conjunta, responder se deseja(m) exercer o direito de preferência a que se refere o Artigo 9º. acima, para adquirir a totalidade das Ações dos Acionistas Controladores, pelo preço por Ação constante da Notificação de Obrigação de Venda Conjunta. **§ 3º.** - No caso de resposta negativa ou de ausência de resposta no prazo previsto no §2º. acima, os Acionistas Controladores poderão efetivar a venda da totalidade das Ações, nas mesmas condições previstas na Notificação de Obrigação de Venda Conjunta, obrigando os demais acionistas sobre cujas ações a Obrigação de Venda Conjunta foi exercida a praticar todos os atos necessários à efetivação da Alienação de suas Ações. **§ 4º.** - Se os Acionistas Controladores não efetivarem a Alienação dentro de até 60 (sessenta) dias contados da data de término do prazo a que se refere o §2º. acima, os Acionistas Controladores não poderão alienar as ações sem novamente atender às exigências previstas neste Estatuto. **CAPÍTULO IV – ASSEMBLEIAS GERAIS - Art. 12** - As Assembleias Gerais da Sociedade serão Ordinárias ou Extraordinárias. As Assembleias Gerais Ordinárias serão nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento do exercício social, para o fim de deliberarem sobre as matérias previstas no Artigo 132 da Lei 6.404/1.976. As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, seja em função dos interesses da Sociedade, ou de disposição deste Estatuto, ou quando a Legislação aplicável assim o exigir. **§ 1º**. - A Sociedade, com fulcro no art. 204, § 1º., da Lei 6.404/1.976 poderá, conforme deliberado pelo Conselho de Administração, levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º. do Artigo 182. **§ 2º**. - Na hipótese de ser arquivado na sede da Sociedade acordo celebrado entre seus acionistas, ainda que somente por parte deles, relativamente a exercício de direito de voto, a Assembleia Geral observará o que, a respeito, dispuser referido acordo. **Art. 13.** - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo por ele presididas ou, na sua ausência, por um acionista escolhido pela maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da Assembleia cabe a escolha do secretário, dentre os acionistas presentes. **§ 1º.** - A convocação deverá ser efetuada com, no mínimo 08 (oito) dias de antecedência da data marcada para a realização da Assembleia, contados da publicação do primeiro anúncio de convocação, na forma da Lei. **§ 2º.** - A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentalizadas em ata única. **§ 3º.** - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, serão consideradas regulares as Assembleias Gerais em que comparecerem todos os acionistas. **§ 4º.** - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Sociedade ou advogado. **§ 5º.** - As pessoas presentes às Assembleias Gerais deverão provar sua qualidade de acionista, observadas as normas contidas no Artigo 126 da Lei 6.404/1.976. **Art. 14** - As deliberações das Assembleias Gerais, ressalvadas as exceções previstas em Lei ou neste Estatuto, serão consideradas aprovadas mediante o voto dos acionistas representando a maioria das ações ordinárias emitidas pela Sociedade, não se computando os votos em branco e os nulos. **§ Único** - Quando se tratar de deliberação acerca das demonstrações financeiras da Companhia, no cálculo do "*quorum*" definido no "*caput*" deste Artigo não serão consideradas as ações dos Administradores, que ficarão impedidos de votar esta matéria por força do disposto no art. 134, §1º., da Lei 6.404/76. **CAPÍTULO V – ADMINISTRAÇÃO - SEÇÃO I – REGRAS GERAIS - Art. 15** - A Sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da Lei 6.404/1.976 e deste Estatuto. **§ Único** - Os Conselheiros de Administração e os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de Termo de Posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso. **Art. 16** - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por Lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Sociedade, devendo tratar como sigiloso todas as informações de caráter não público a que tenham acesso e que digam respeito à Sociedade, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Sociedade. **Art. 17** - A remuneração global dos administradores será fixada pela Assembleia Geral. **SEÇÃO II – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Art. 18** - O Conselho de Administração é composto de 03 (três) a 06 (seis) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral por um período de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. **§ 1º.** - O Presidente do Conselho de Administração será eleito e destituído pela Assembleia Geral, que deverá ser convocada imediatamente, no caso de sua renúncia ou impedimento definitivo. No caso de impedimento temporário ou licença, será substituído pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. **§ 2º.** - No caso de vaga de cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração deliberará sobre a designação de substituto, "*ad referendum*" da Assembleia Geral, devendo ser observado o disposto no "*caput*" deste Artigo. **§ 3º.** - Findo o prazo de gestão, os Conselheiros de Administração permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a investidura dos novos Conselheiros eleitos. **Art. 19** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. **§ 1º.** - A convocação deverá ser enviada aos demais membros por escrito, através de carta, telegrama, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação com comprovante de recebimento, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, contendo o dia e a hora da reunião, bem como a ordem do dia e demais informações e documentos relativos à ordem do dia que sejam necessários à tomada de decisões. O local de realização será sempre na sede da Sociedade podendo, excepcionalmente, ser realizada em local diverso. **§ 2º.** - Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser, excepcionalmente, convocadas com antecedência de 3 (três) dias, observadas as demais formalidades estabelecidas neste Estatuto Social. **§ 3º.** - Independentemente de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. **Art. 20** - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença de, no mínimo, 3 (três) de seus membros. **§ 1º.** - Uma vez instaladas, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **§ 2º.** - Os Conselheiros poderão se fazer representar nas reuniões por meio de procuração com poderes específicos para a participação, com a descrição por escrito do voto e das matérias a serem aprovadas, com base na ordem do dia e nos documentos disponibilizados, sendo que o outorgado deverá necessariamente ser um membro do Conselho de Administração. **§ 3º.** - Os Conselheiros poderão, ainda, participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do voto e serão considerados presentes à reunião desde que: **i)** - enviem aviso por escrito ao Presidente do Conselho com a antecedência mínima de 02 (dois) dias; **ii)** - confirmem seus votos por meio de carta ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a reunião; e **iii)** - encaminhem ao Presidente do Conselho, no prazo de 3 (três) dias, contados da data de sua recebimento, a via original da ata devidamente assinada. **Art. 21** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples dos membros presentes à reunião, sendo concedido ao Presidente do Conselho o voto de qualidade em caso de empate nas deliberações. **§ Único** - As deliberações do Conselho de Administração serão lavradas no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração arquivado na sede da Sociedade, tornando-se efetivas mediante a assinatura de tantos membros quantos bastarem para constituir o "*quorum*" requerido para as respectivas deliberações. Sempre que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, seus extratos serão arquivados no registro do comércio e publicados. **Art. 22** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições decorrentes da Lei e deste Estatuto: **i)** - fixar a orientação geral dos negócios e as diretrizes estratégicas da Sociedade, definir e emitir expectativas de resultados para a gestão; **ii)** - garantir a conformidade da Sociedade com as disposições legais e estatutárias; **iii)** - contribuir para a definição dos códigos de boas práticas de governança e monitorá-los; **iv)** - aprovar a estrutura organizacional da Sociedade, em linha com sua estratégia de longo prazo; **v)** - avaliar o plano estratégico proposto pela Diretoria, devendo, ainda, monitorar sua execução e avaliar a performance dos negócios; **vi)** - aprovar o orçamento anual e plurianual operacional e o plano de negócios da Sociedade, bem como quaisquer eventuais alterações dos mesmos; **vii)** - salvo se previsto no orçamento anual, aprovar qualquer despesa, assunção de débito, financiamento, aquisição de bens e/ou direitos, e investimentos, independentemente do valor; **viii)** - autorizar o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores e a distribuição, "*ad referendum*" da Assembleia Geral, de dividendos intermediários com base no lucro apurado em tais balanços, observadas as limitações e disposições estatutárias e legais; **ix)** - manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Sociedade; **x)** - contratar e destituir os auditores independentes, bem como examinar e validar recomendações sobre os processos corretivos de auditoria; **xi)** - orientar e aprovar política de distribuição e reaplicação dos resultados, se instituída na Sociedade e recomendar sobre a destinação dos resultados; **xii)** - contribuir proativamente na criação de novos negócios, participações acionárias e/ou intensificação de negócios, levantando oportunidades, ativando sinergias, avaliando formas de associações e parcerias; **xiii)** - avaliar e propor aos acionistas oportunidades de realização de aquisições de empresas, fusões, incorporações e cisões; **xiv)** - convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente; **xv)** - eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o presente Estatuto Social; **xvi)** - aprovar a aquisição, pela Sociedade, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento; **xvii)** - fixar a distribuição do montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria aprovado pela Assembleia Geral; **xviii)** - autorizar a alienação de bens imóveis classificados no ativo não circulante e a constituição de ônus reais sobre eles; e **xix)** "*ad referendum*" da Assembleia Geral, autorizar o pagamento de juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser pagos inclusive com base em balanços e/ou balancetes levantados para essa finalidade em qualquer dos meses no curso do exercício social. **SEÇÃO III – DIRETORIA - Art. 23** - A Diretoria é o órgão de gestão e representação da Sociedade, competindo-lhe praticar todos os atos necessários para assegurar seu regular funcionamento, sempre em conformidade com a política estabelecida pelo Conselho de Administração. **Art. 24** - A Diretoria será composta por, no mínimo 2 (dois) e no máximo 07 (sete) Diretores, sendo 01 (um) Diretor-Presidente e até 06 (seis) Diretores, com ou sem designação específica, todos residentes no País, acionistas ou não, e eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, observado o disposto no presente Estatuto Social. **§1º.** - Findo o prazo de gestão, os diretores permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a investidura dos novos Diretores eleitos. **§ 2º.** - Ocorrendo vaga em qualquer dos cargos da Diretoria, o Diretor substituto será eleito pelo Conselho de Administração em reunião a ser convocada, imediatamente, após a ocorrência da vaga, em conformidade com o disposto nesse Estatuto, devendo o Diretor substituto completar o mandato do Diretor substituído. **§3º.** - Observada a limitação legal, os membros do Conselho de Administração poderão ser eleitos para cargos de Diretores. **Art. 25** - A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se sempre que necessário para o andamento das atividades da Sociedade, mediante convocação realizada pelo Diretor-Presidente ou, em sua ausência, por qualquer Diretor. **§ 1º.** - A convocação deverá ser enviada aos demais Diretores por escrito, através de carta, telegrama, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação com comprovante de recebimento, com antecedência mínima de 03 (três) dias, contendo o dia, hora e local da reunião, bem como a ordem do dia e demais informações e documentos relativos à ordem do dia que sejam necessários à tomada de decisões. **§ 2º.** - Em caso de manifesta urgência, as reuniões da Diretoria poderão ser, excepcionalmente, convocadas com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, observadas as demais formalidades estabelecidas neste Estatuto Social. **§ 3º.** - Independentemente de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores. **§ 4º.** - As reuniões da Diretoria serão instaladas, em qualquer convocação, quando estiverem presentes ao menos 02 (dois) Diretores. **Art. 26** - As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria simples dos Diretores, existindo o voto de qualidade do Diretor Presidente, no caso de empate. **§ Único** - As atas das Reuniões da Diretoria serão lavradas no Livro de Atas de Reunião da Diretoria, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quantos bastarem para constituir o "*quorum*" de aprovação das decisões tomadas na respectiva reunião. **Art. 27** - Sem prejuízo de outras atribuições e competências previstas em lei, compete à Diretoria a representação e administração dos negócios sociais em geral, em conformidade com as diretrizes estabelecidas por este Estatuto Social e pelo Conselho de Administração, e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes à consecução dessas finalidades, inclusive: **i)** - observar as proposições do Conselho de Administração no que se refere à política geral de negócios da Sociedade; **ii)** - constituir procuradores para agir em nome da Sociedade, com atribuições específicas de poderes e prazo de validade constantes do respectivo instrumento, inclusive para alienar bens imóveis classificados como "Bens Não de Uso Próprio". O mandato judicial poderá ser outorgado por tempo indeterminado; **iii)** - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; **iv)** - autorizado pelo Conselho de Administração, alienar bens imóveis classificados no ativo não circulante e constituir ônus reais sobre eles; **v)** - organizar e gerir os setores econômicos, financeiros, operacionais, técnicos e administrativos da Sociedade; e **vi)** - deliberar sobre instalação, transferência e extinção de agências, filiais e outras dependências em qualquer parte do território nacional e no exterior, assim como nomear e destituir correspondentes no país. **Art. 28** - A representação da Sociedade, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer negócios jurídicos, que importem responsabilidade ou obrigação para a Sociedade ou que a exonere de obrigações para com terceiros serão obrigatoriamente praticados: (i) por 2 (dois) Diretores, em conjunto; ou (ii) excepcionalmente por 1 (um) procurador agindo isoladamente, devidamente constituído na forma do §1º. abaixo. e 1(um) diretor. **§ 1º.** - As procurações em nome da Sociedade serão outorgadas, em conjunto, por 2 (dois) Diretores, sendo obrigatória a assinatura do Diretor Presidente, e deverão especificar os poderes conferidos e terão validade de no máximo 1 (um) ano. **§ 2º.** - As procurações outorgadas para fins judiciais *(ad judicia)* ou para representação em processos administrativos poderão ter prazo superior a 1 (um) ano. **§ 3º.** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que envolverem obrigações, negócios ou operações estranhas ao objeto social, incluindo, mas não se limitando, à fianças, avais, endossos ou a prestação de quaisquer garantias em favor de terceiros. **§ 4º.** - Os atos praticados em desconformidade ao estabelecido no presente Estatuto serão nulos e não obrigarão a Sociedade. **Art. 29** - Compete ao Diretor-Presidente, além de outras atribuições previstas neste Estatuto: **i)** - convocar e presidir as reuniões da Diretoria; **ii)** - exercer o voto comum e o de qualidade, no caso de empate na votação nas reuniões da Diretoria; **iii)** - manter a permanente coordenação entre a Diretoria e o Conselho de Administração; e **iv)** - fiscalizar o cumprimento das decisões das Assembleias, deste Estatuto, das Leis e deliberações do Conselho de Administração. **Art. 30** - Compete aos demais Diretores, além do disposto no Artigo 27, assistir e auxiliar o Diretor Presidente na gestão dos negócios sociais e executar as atribuições específicas estabelecidas em reuniões da Diretoria. **CAPÍTULO VI – CONSELHO FISCAL - Art. 31** - A Sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que somente será instalado a pedido de acionistas, nas condições definidas na Lei 6.404/1.976, com as atribuições, competências, responsabilidades e deveres definidos na lei supracitada. O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação, podendo seus membros ser reeleitos. **§ 1º.** - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **§ 2º.** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§ 3º.** - Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, com 3 (três) dias de antecedência. **§ 4º.** - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas pelo voto da maioria de seus membros, as quais serão consignadas em ata da respectiva reunião. **CAPÍTULO VII – OUVIDORIA - Art. 32** - A Sociedade terá uma Ouvidoria com funcionamento permanente, composta de um Ouvidor, designado e destituído a qualquer tempo pela Diretoria, com prazo de mandato de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, admitida a sua redesignação, observado o seguinte: **i)** - o Ouvidor deverá ter formação acadêmica de nível superior, ter reputação ilibada e capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada através da certificação expedida por entidade de reconhecida capacidade técnica. **ii)** - em caso de renúncia ou destituição do Ouvidor por descumprimento das normas ou prazos previstos neste Estatuto Social, na legislação aplicável ou atos normativos expedidos pelos órgãos reguladores, caberá à Diretoria designar, no mesmo ato, o novo Ouvidor a quem competirá cumprir o prazo de mandato do substituído. **§ 1º.** - A Ouvidoria terá a atribuição de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. Para tanto, deverá: **i)** - receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços da sociedade, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado pelos pontos de atendimento; **ii)** - prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; **iii)** - informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual aderente ao prazo máximo regulamentar definido pela autoridade monetária; **iv)** - encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado no item iii) retro mencionado; **v)** - propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; **vi)** - elaborar e encaminhar à Diretoria e ao Conselho Fiscal, caso instalado, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo as proposições de que trata o item (v), retro mencionado; e **vii)** - manter sistema de controle atualizado das reclamações recebidas, de forma que possam ser evidenciados o histórico de atendimentos e os dados de identificação dos clientes e usuários de produtos e serviços, com toda a documentação e as providências adotadas. **§ 2º.** - A Diretoria designará um Diretor responsável pela Ouvidoria, que não poderá cumular esta atividade com a função de diretor responsável pela administração de recursos de terceiros. **§ 3º.** - O Ouvidor terá suas atividades harmonizadas pelo Diretor responsável pela Ouvidoria, direcionando-lhe diretamente seus relatórios regulamentares e poderá desempenhar outras atividades, desde que não configure conflito de interesses ou de atribuições, nos termos da legislação aplicável. **Art. 33** - A Sociedade assume o compromisso de: **i)** - manter condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e **ii)** - assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **iii)** – destituir o Ouvidor, a qualquer tempo: - nos casos de descumprimento das normas ou prazos; - por descumprimento da legislação aplicável ou dos atos normativos de regência expedidos pelos órgão reguladores; - por não atuar, no exercício de suas atividades, com transparência e responsabilidade, tornar-se moralmente inidôneo, bem como não cumprir fielmente com todos os deveres inerentes ao cargo para o qual foi indicado e - caso venha a ser condenado criminalmente, por atos de corrupção, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, a propriedade ou crime falimentar. **CAPÍTULO VIII – EXERCÍCIO SOCIAL, REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, RESERVAS, LUCROS E DIVIDENDOS - Art. 34** - O Exercício Social terá início em 1º. (primeiro) de Janeiro e término em 31 (trinta e um) de Dezembro. **Art. 35** - Atendidas as depreciações, deduções, amortizações e provisões exigidas ou facultadas em Lei, do resultado apurado no Balanço, far-se-á ainda a dedução relativa à provisão para o Imposto de Renda. **Art. 36** - O lucro líquido apurado em cada balanço semestral terá a seguinte destinação: **i)** - 5% (cinco por cento) para serem aplicados na constituição da reserva legal que não excederá de 20% (vinte por cento) do Capital Social; **ii)** - a constituição das reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da Lei 6.404/1.976, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração; **iii)** - 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do Artigo 202, da Lei 6.404/1.976, serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. O dividendo mínimo obrigatório, mediante proposta do Conselho de Administração, ouvido o Conselho Fiscal, se instalado, será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio que já tenham sido declarados. **§ 1º.** - A Diretoria, mediante aprovação do Conselho de Administração, fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. **§ 2º.** - Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho de Administração, autorizar a declaração ou o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica. **§ 3º.** - Os juros sobre o capital próprio eventualmente declarados ou pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do Imposto de Renda na Fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício, de acordo com o item iii do "*caput*" deste Artigo. **§ 4º.** - O Conselho de Administração poderá autorizar o parcelamento ou o adiantamento, aos acionistas, dos dividendos referidos neste Artigo. **§ 5º.** - O saldo do lucro remanescente terá o destino que a Assembleia Geral determinar, podendo ela ordenar o transporte do saldo ou parte dele, para o exercício seguinte. **CAPÍTULO IX – LIQUIDAÇÃO - Art. 37** - A Sociedade entrará em liquidação nos casos e pelo modo estabelecido em Lei. **CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES FINAIS - Art. 38** - Os casos omissos serão regulados pela legislação aplicável. O presente Estatuto Social do Banco Semear S.A., em vigor, está redigido conforme deliberações da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 05 (cinco) de dezembro de 2.023. **BANCO SEMEAR S.A.** ***Márcio José Siqueira de Azevedo - Presidente da Assembleia. Ilvio Braz de Azevedo - Secretário da Assembleia.***
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o registro sob o nº 11681650 em 06/05/2024. Protocolo 242550924 - 02/05/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Indústria eletroeletrônica em Minas Gerais está otimista

SINAEES Resultados neste ano estão surpreendendo e devem ficar acima da média nacional

THYAGO HENRIQUE

A indústria eletroeletrônica de Minas Gerais está vivendo um "céu de brigadeiro". As vendas estão acima do esperado, e as perspectivas são bem otimistas para o fechamento do ano. Em pleno crescimento, o setor no Estado prevê encerrar 2024 com um aumento no faturamento de 4% a 6% acima da média nacional – cuja previsão de avanço em comparação a 2023 é de 2%.

As informações são do presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de Minas Gerais (Sinaees), Alexandre Magno D'Assunção Freitas. De acordo com ele, a entidade tem 46 empresas associadas e representa, atualmente, cerca de 10% do mercado industrial mineiro de eletroeletrônicos, número que destaca ser bastante significativo.

Já há algum tempo, a indústria eletroeletrônica de Minas Gerais tem crescido mais do que a média brasileira. No ano passado, por exemplo, as companhias mineiras registraram uma alta de quase 3% no valor faturado, enquanto no Brasil houve queda nominal de 6%. O motivo da diferença de resultados pode estar na especificidade do fornecimento das fabricantes do Estado.

"A área de geração, transmissão e distribuição de energia é muito forte em Minas Gerais. Existem muitas empresas tradicionais no segmento, com uma carteira de clientes bem estabelecida. Isso facilita bastante os negócios", pontua. As vendas de equipamentos para GTD estão com um aumento considerável, principalmente para os Estados Unidos, de acordo com ele.

"O Estado também está abrindo as portas para vinda de novas indústrias, o que tem impulsionado o crescimento e elevado as expectativas do mercado", sublinha. Conforme Freitas, o governo estadual vem criando facilidades para que mais empresas tenham projetos em solo mineiro.

Segundo o presidente do Sinaees, os demais segmentos também estão com performances positivas, sendo válido mencionar e destacar o de energia limpa. Ele recorda que a área está avançando exponencialmente em Minas Gerais e a instalação de parques solares, por exemplo, traz faturamento para o setor de eletroeletrônicos com as vendas de produtos e serviços.

Carga tributária - Freitas enfatiza que a indústria eletroeletrônica mineira não tem do que reclamar no momento. Ainda que não haja motivos para reclamações, o gestor aponta desafios enfrentados pelas fabricantes, sendo o principal deles a elevação da carga tributária brasileira. Este fator, de acordo com ele, aflige não só o setor de eletroeletrônicos, como também a indústria no geral.

Na avaliação do executivo, o aumento abrupto da carga de tributos no Brasil, que já é uma das maiores do mundo, dificulta a vida dos industriais, que são repassadores de impostos, ou seja, por meio da venda de produtos, arrecada as taxas e repassa-as ao governo. Ele pondera que, quanto mais aumentam a carga, mais o preço final dos equipamentos sobe, recaindo sobre o consumidor.

O presidente do Sinaees afirma que o setor de eletroeletrônicos entende que o País está exatamente no ponto de confluência da curva de Laffer, e se continuar elevando as alíquotas, a arrecadação vai começar a cair, porque a população não aguenta pagar mais impostos. Para ele, a nova reforma tributária deve criar ainda mais empecilhos para a indústria eletroeletrônica.

"O setor se preocupa com a estabilidade econômica do País, pois é daí que vem a estabilidade do setor, mas estamos sentindo que não temos essa estabilidade atualmente", ressalta.

"Não tenho nenhuma expectativa positiva sobre a reforma tributária, muito pelo contrário. Ela criou facilitadores, simplificou a forma do tributo, mas, por outro lado, está abrindo janelas e portas para um aumento da carga tributária e, consequentemente, de um prejuízo do setor", diz.

SETOR AUTOMOTIVO

Stellantis volta a registrar recorde em Betim

THYAGO HENRIQUE

A Stellantis produziu, em agosto deste ano, 45,5 mil automóveis no polo automotivo de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Com esse volume, o maior desde a criação da empresa, em 2021, a montadora alcançou um novo recorde de produção na planta mineira, o segundo consecutivo, visto que o patamar de julho, superior a 43 mil, também foi histórico.

Em coletiva de imprensa, o presidente da Stellantis América do Sul, Emanuele Cappellano, disse que o mercado brasileiro está em crescimento, impulsionando os números de fabricação da companhia. Segundo o executivo, na unidade de Minas Gerais, foi produzida basicamente a linha da Fiat, com destaque para a picape Fiat Strada, que segue como o carro mais vendido do Brasil.

"A demanda continua muito forte, a nossa rede de concessionárias e os clientes estão reconhecendo muito o nosso *branding*, a Fiat continua na liderança e o mercado está maior em relação ao ano passado. Tudo isso são os principais motores desse aumento de capacidade produtiva", explicou.

Com o resultado, a montadora conseguiu registrar o melhor mês de sua história na América do Sul em termos de quantidade de veículos fabricados. No total, foram 88,7 mil automóveis produzidos pela empresa na região.

O desempenho da Stellantis também foi relevante nas vendas de veículos. No acumulado do ano, a montadora chegou a mais de 576 mil automóveis comercializados no mercado sul-americano, sendo mais de 456 mil no País, o que equivale a 23,1% e 29,8% de *market share*, respectivamente.

A Stellantis também oficializou que investirá US$ 385 milhões (mais de R$ 2,1 bilhões) no desenvolvimento de uma nova família de veículos, novos componentes e um novo motor na planta de Córdoba, na Argentina.

O aporte faz parte do ciclo de investimentos de R$ 32 bilhões da empresa na América do Sul, entre 2025 e 2030. O complexo automotivo de Betim receberá R$ 14 bilhões no período.

Tramonte amplia a liderança

ELEIÇÕES 2024 Candidato do Republicanos atingiu 29% das intenções de votos; Fuad Noman registra crescimento e alcança o segundo lugar, segundo pesquisa Datafolha

O deputado estadual e apresentador de TV Mauro Tramonte (Republicanos) segue à frente nas intenções de voto à Prefeitura de Belo Horizonte, aponta pesquisa Datafolha.

A pouco menos de um mês das eleições, o candidato foi citado por 29% dos eleitores, uma variação de dois pontos percentuais em relação aos 27% que marcou no levantamento anterior do instituto, realizado há duas semanas. Na sequência, três candidatos aparecem empatados na segunda posição.

O Datafolha ouviu 910 eleitores da capital mineira na terça-feira (3) e na quarta-feira (4). A pesquisa tem margem de erro de três pontos percentuais, nível de confiança de 95% e foi registrada na Justiça Eleitoral com o número MG-02912/2024.

O levantamento foi contratado pela Folha de S.Paulo e pela TV Globo.

O atual prefeito Fuad Noman (PSD) agora é citado por 14% dos eleitores - quatro pontos percentuais acima do levantamento anterior. Ele está empatado tecnicamente com o deputado estadual Bruno Engler (PL), apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que marca 13% (eram 10% há duas semanas), e com a deputada federal Duda Salabert (PDT), que pontua 12% (tinha 10%).

Com 8%, o deputado federal Rogério Correia (PT), apadrinhado pelo presidente Lula (PT), aparece empatado com Salabert e Engler.

O senador licenciado Carlos Viana (Podemos), que tinha sido citado por 12% dos eleitores há duas semanas, agora aparece com 5%. Ele está empatado com Gabriel (MDB), presidente da Câmara Municipal, que foi citado por 2% (eram 3% na anterior).

Wanderson Rocha (PSTU), Lourdes Francisco (PCO) e Indira Xavier (UP) não atingiram 1%. No total, 8% dos ouvidos pretendem votar em branco ou nulo (eram 10% na anterior), enquanto a fatia de indecisos é de 8% (eram 9%).

Tramonte, que ficou 16 anos à frente do programa Balanço Geral, da TV Record, reúne em torno de sua candidatura apoiadores que até então eram considerados rivais, como o governador Romeu Zema (Novo) e o ex-prefeito Alexandre Kalil (Republicanos), que deixou o cargo em 2022 para seu então vice, Fuad.

Na pesquisa espontânea, aquela em que os entrevistadores do instituto não apresentam os nomes dos candidatos ao eleitor, Tramonte também aparece isolado à frente, com 15% (tinha 8% na anterior).

Na sequência, aparecem empatados Engler, com 8% (tinha 5%), Fuad, com 7% (eram 4%), Salabert, com 6% (tinha 4%), e Correia, nomeado por 5%. Dos que responderam, 2% disseram votar no atual prefeito, e 1% em Gabriel. Do total, 4% citaram outras respostas, e 5% disseram que votariam em branco.

A fatia dos que não sabem é de 48%, uma queda significativa em relação aos 64% da pesquisa de duas semanas atrás. **(Artur Búrigo/Folhapress)**

Mauro Tramonte também está isolado na liderança na pesquisa espontânea, com 15% dos votos FOTO: RODRIGO LIMA / DIVULGAÇÃO

> **"O atual prefeito Fuad Noman (PSD) agora é citado por 14% dos eleitores. Ele está empatado tecnicamente com o deputado estadual Bruno Engler (PL) e com a deputada federal Duda Salabert (PDT)"**

Apresentador ganharia no 2º turno

Líder na pesquisa de intenção de voto, o apresentador de TV e deputado estadual Mauro Tramonte (Republicanos) também lidera nas simulações de segundo turno na capital mineira, aponta o Datafolha.

O instituto ouviu 910 eleitores da capital mineira entre a terça (3) e quarta-feira (4).

É a primeira vez que o Datafolha faz simulações de segundo turno para a Prefeitura de Belo Horizonte. A menor vantagem de Tramonte seria em eventual duelo com o atual prefeito, Fuad Noman (PSD), em que o apresentador de TV venceria por 54% a 31%. Nesse cenário, 10% votariam em branco e 6% não souberam responder.

A maior diferença em pontos percentuais do líder das pesquisas contra um adversário seria no embate contra o senador Carlos Viana (Podemos), disputa que seria vencida por Tramonte por 60% a 15%.

Contra o deputado estadual Bruno Engler (PL), apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Tramonte venceria por 62% a 18%, enquanto na eventual disputa contra a deputada federal Duda Salabert (PDT), o apresentador a superaria por 61% a 25%.

No cenário contra o deputado federal Rogério Correia (PT), apoiado pelo ex-presidente Lula (PT), Tramonte também teria larga vantagem, de 63% a 19%. **(Artur Búrigo/Folhapress)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

SANDRA TURISMO HOTÉIS S/A
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO
CNPJ 16.934.580/0001-24 - NIRE 313.000.435-68
CARTA DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Diretor Presidente da SANDRA TURISMO HOTEIS S/A, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os senhores acionistas dessa Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 21 de outubro de 2024, às 16:00 h, na sede social, na Av. Salmeron, 03, Centro, Pirapora-MG, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Ordinária:
a) Tomada de conta dos administradores, exame, discussão e votação as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023;
b) Deliberar sobre a destinação dos resultados apurados em 2023;
AVISO AOS ACIONISTAS: Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social, nos documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404, de 15/12/1976.
Pirapora-MG, 30 de agosto de 2024.
Marcelo Ribeiro Felisberto - Diretor Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 207 / **Ano**: 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.2481.0048978/2024-10
Objeto: Aquisição de canaletas de PVC Dutoplast, acessórios e módulos Tramontina.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 20/09/2024**
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 20/09/2024**.
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, BH/MG, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8190 / 8233 / 9464, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 04 de setembro de 2024.
Catarina Natalino Calixto
Diretora de Gestão de Compras e Licitações

BANCO SEMEAR S.A.
CNPJ 00.795.423/0001-45 - NIRE 31.3.0001122-4
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas do Banco Semear S.A. para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 18 (dezoito) de setembro de 2.024 (dois mil e vinte e quatro), às 10:00 (dez) horas, na sede social, na Av. Afonso Pena, 3.577 – 2º. e 3º. andares, bairro Serra, CEP 30.130-008, em Belo Horizonte/MG, a fim de discutir e deliberar sobre os seguintes assuntos: I) – alteração nas regras para subscrição e alienação de ações; e II) – consequente alteração do Estatuto Social, mais especificamente dos artigos 8º, 9º, 10 e 11. Deverão os acionistas, para participar da Assembleia, exibirem documentos de identificação pessoal e para os que se fizerem representar por procuradores, o(s) mandatário(s) deverá(ão) depositar o(s) respectivo(s) Instrumento(s) de Procuração(ões), contra Recibo, na sede da Instituição, até 05 (cinco) dias antes da data da Assembleia. Belo Horizonte/MG, 05 de setembro de 2.024. **BANCO SEMEAR S.A. - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** – ***Roberto Willians Silva Azevedo – Presidente*** e ***Márcio José Siqueira de Azevedo – Vice-Presidente***.

BANCO SEMEAR
CNPJ 00.795.423/0001-45 - NIRE 31.3.0001122-4
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO BANCO SEMEAR S.A.

I – LOCAL, DATA E HORA: Sede social, na Av. Afonso Pena, 3.577 – 2º. e 3o. andares, bairro Serra, CEP 30.130-008, em Belo Horizonte - Minas Gerais, 30 (trinta) de abril de 2.024 (dois mil e vinte e quatro), 14:00 (quatorze) horas. **II – PRESENÇAS:** Acionistas representando a maioria das ações com direito a voto. **III – MESA: Presidente:** Márcio José Siqueira de Azevedo. **Secretário:** Ilvio Braz de Azevedo. **IV – CONVOCAÇÃO:** Edital de "Primeira Convocação" publicado no "Diário do Comércio", nos dias 16, 17 e 18 de abril de 2024, nas páginas 6, 6 e 7, respectivamente, da edição impressa e páginas 1, 1 e 1, respectivamente, da edição digital. **V – LAVRATURA DA ATA:** De acordo com o § 1º. do artigo 130 da Lei 6.404/1.976. **VI – DOCUMENTOS:** Ficarão arquivados na sede social, autenticados pela Mesa, todos os documentos referidos nesta Ata, conforme alínea "a", § 1º. do artigo 130 da Lei 6.404/1.976. **VII – ORDEM DO DIA: 7.1)** – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31-12-2.023; **7.2)** – Aprovar o montante global de remuneração dos administradores para o exercício de 2.024. **VIII - DELIBERAÇÕES: 8.1)** – Foram aprovadas, por unanimidade dos acionistas presentes e sem reservas, as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31-12-2.023, tendo sido publicadas, as demonstrações financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, no jornal "Diário do Comércio", edição do dia 28-03-2.024, na página 16, da edição impressa e nas páginas 1 e 2, da edição digital. **8.2)** – Foi fixada em R$4.620.000,00 (quatro milhões e seiscentos e vinte mil reais) a remuneração global dos administradores, que contempla a possibilidade de remuneração extraordinária condicionada, para o exercício de 2.024 (dois mil e vinte e quatro), conforme parâmetros apresentados em Assembleia e aprovados, sem reservas, pela unanimidade dos acionistas presentes. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia da qual, para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai por todos os acionistas presentes assinada. Belo Horizonte/MG, 30 de abril de 2.024. Márcio José Siqueira de Azevedo – Presidente; Ilvio Braz de Azevedo – Secretário; Artur Geraldo de Azevedo; Aguinaldo Lima Azevedo Sobrinho; Elcio Antonio de Azevedo; Ilvio Braz de Azevedo; Márcio José Siqueira de Azevedo; e Maria José Siqueira Azevedo Fialho. **CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO PRÓPRIO.**
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o registro sob o no 11738254 em 29/05/2024, protocolo 243343574 - 28/05/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO
Ministério Público de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça
Licitação no site www.compras.mg.gov.br
Número do processo: 201 / **Ano**: 2024
Unidade: 1091012
Processo SEI: 19.16.2481.0002131/2024-96
Objeto: Aquisição de canaletas metálicas.
Modalidade: Pregão Eletrônico
Recebimento das propostas: **até às 10 horas do dia 24/09/2024**
Início da disputa de preços: **às 10 horas do dia 24/09/2024**.
Disposições Gerais: O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no site www.mpmg.mp.br. Demais informações: Av. Álvares Cabral, 1740, 6º andar, BH/MG, de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18h, pelos telefones: (31) 3330-8190 / 8233 / 9464, ou pelo e-mail dgcl@mpmg.mp.br.
Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024.
Catarina Natalino Calixto
Diretora de Gestão de Compras e Licitações

FRIGOBET FRIGORÍFICO INDUSTRIAL BETIM LTDA
CNPJ 19.397.579/0001-04

Pela presente publicação e nos termos do artigo 1.152, § 3º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, FRIGOBET FRIGORIFICO INDUSTRIAL BETIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.397.579/0001-04 e NIRE JUCEMG nº 31201554751 de 06/01/1984, com sede na Rua Antônio José Diniz, nº 184, bairro Imbiruçu, Betim/MG, CEP: 32.667-210, através de seu administrador SILVIO DA SILVEIRA, convoca todos os sócios para participar da Assembleia Geral da referida Sociedade, a realizar na sede social, localizada à Rua Antônio José Diniz, nº 184, bairro Imbiruçu, Betim/MG, CEP: 32.667-210, no dia 13 de setembro de 2024, às 09h00, com a seguinte ordem do dia:
1 – Apresentação do Balanço Patrimonial e deliberação sobre a forma de amortização do prejuízo apurado.
2 – Deliberar sobre a 22ª Alteração Contratual da Sociedade, para inclusão de "Cláusula de Exclusão de Sócio". Caso no horário indicado não tenham comparecido o número legal de associados, a Assembleia ocorrerá às 09h30min, em segunda chamada, com o número de presentes.
Silvio da Silveira – Administrador.

GULOZITOS ALIMENTOS LTDA.
CNPJ 22.245.245/0001-11 / NIRE 4481710

Edital de Convocação para Reunião de Sócios da Sociedade – José Fernandes da Costa, portador do CPF nº *.593.036 - **, sócio administrador da Sociedade Empresária Limitada Gulozitos Alimentos Ltda., no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 1.072, do Código Civil de 2002, Lei nº 10.406 de 10.01.2002, convoca a sócia Giane Prata da Costa, portadora do CPF nº *.492.926 - **, para a Reunião de Sócios, a ser realizada no dia **13 de setembro de 2024**, na sede da empresa Gulozitos Alimentos Ltda., na Rua Augusto Sathler, nº 600, Bairro Lajinha, CEP 36.906-186, em Manhuaçu/MG, em primeira chamada às 09 horas, necessitando da presença dos titulares de 3/4 do capital social, e em segunda chamada às 09h30min, com qualquer número, para deliberação sobre a Ordem do Dia: 1) Aumento do capital social; 2) Abertura de filial no condomínio Parque Jabaeté, Rua José Acácio Ferreira nº 250 - Bairro Parque Industrial, no município de Viana, Estado do Espírito Santo, CEP 29.136-510. Manhuaçu/MG, 02 de setembro de 2024. José Fernandes da Costa – Sócio Administrador.

CAPANEMA EDIFICAÇOES E LOCAÇÕES DE IMOVÉIS PROPRIOS S.A.
CNPJ/MF - 23.993.710/0001-65 / NIRE – 3130002455-5

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Maria José Capanema Álvares, diretora presidente da sociedade CAPANEMA EDIFICAÇÕES E LOCAÇÕES DE IMÓVEIS PRÓPRIOS S.A., convoca os acionistas da companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 16/09/2024, na sede da sociedade localizada na Rua Paraíba nº 1465, 12º andar, Bairro Funcionários, CEP- 30.130-148, em Belo Horizonte/MG, às 13:00 horas, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das ações com direito a voto e, às 13:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número, para deliberar sobre a seguinte pauta: (i) reforma do Estatuto Social da Companhia; e (ii) eleição de Diretores. Belo Horizonte, MG, 05 de setembro de 2024. Maria José Capanema Álvares

11ª Vara Cível De Belo Horizonte - Edital de Citação. Comarca de Belo Horizonte/MG. Prazo de 20 dias. A Dra. Cláudia Aparecida Coimbra Alves, MM Juíza de Direito da 11ª Vara Cível, na forma da Lei. Etc Faz saber a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria tramita os autos da Ação De Busca E Apreensão Em Alienação Fiduciária, Processo eletrônico número 5012133-84.2017.8.13.0024, proposta por Itau Seguros S/A, CNPJ: 61.557.039/0001-07 em face de EDMILSON MARZO FERREIRA, CPF: 038.299.246-66, em que o autor alega que o réu integra o grupo/cota de consórcio nº 90735199, e, que, por conta de ter sido contemplado, adquiriu um veículo com as seguintes descrições: marca Volkswagen, tipo carro, modelo novo gol 1.0, Chassi 9BWAA45U6EP148811, cor vermelha, ano 2013, placa OWQ5431 e RENAVAN 603007945. Com referida aquisição, o réu assinou o Contrato com Garantia de Alienação Fiduciária, transferindo à Administradora o domínio resolúvel e a posse indireta do bem descrito, tornando-se, assim, enquanto devedor, possuidor e depositário do bem. Face a referida inadimplência foi o réu constituído em mora, por meio de notificação extrajudicial/protesto da nota promissória, presumindo-se vencida de pleno direito toda a dívida (R$27.538,58). Isto posto, vem o autor, na qualidade de credor fiduciário, requerer a concessão da busca e apreensão do veículo citado, requerendo que seja o bem depositado em mãos da parte autora, na pessoa de seu representante; bem como seja procedida a citação do réu para, querendo, no prazo legal de 05 (cinco) dias, deposite o valor integral da dívida em aberto, acrescida das custas e honorários fixados pelo juízo, e/ou no prazo de 15 dias apresente a defesa de seus interesses, acompanhando o feito até final decisão. Deu-se à causa o valor de R$ 34.500,00. Estando o réu EDMILSON MARZO FERREIRA, CPF: 038.299.246-66 em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital de citação do mesmo, para, querendo, no prazo de 15 dias contestar a ação, sob pena de revelia. No caso de revelia do réu será nomeado Curador Especial. Para conhecimento de todos os interessados o presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Belo Horizonte, 08/08/2024. K-05e06/09

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

O **SINTRAPETSHOP – MG - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE PET SHOP, CANIS, CLÍNICAS VETERINÁRIAS, BANHO E TOSA, ESCOLAS DE ADESTRAMENTO E HOTÉIS PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - MG,** pessoa jurídica de direito privado, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o número 50.830.115/0001-81, com sede na Rua São Paulo, n.º 893, Sala 406, no centro de Belo Horizonte/MG – CEP.:30170-131, neste ato representado por seu Presidente MARIA DA CONSOLAÇÃO DE SOUZA, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os sócios da entidade, para uma Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 11 de setembro de 2024, na sede da entidade, em primeira chamada às 08:30 (oito horas e trinta minutos) e, não havendo quórum, às 09:00 (nove horas) em segunda e última convocação com qualquer numero de presentes, para tratarem da seguinte "ordem do dia": a) Leitura do Edital; b) Autorização para mudança da sede da entidade sindical; c) Debates para aprovação ou não da mudança de endereço; d) Eleição suplementar; e) Votação pelos sócios dos itens "b" e "d"; f) Assuntos correlatos. As decisões tomadas nesta Assembleia prevalecerão para todos os efeitos legais. Belo Horizonte, 05 de setembro de 2024. Maria da Consolação de Souza. Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

O **Sindicato dos Empregados nas Empresas de Turismo do Vale do Aço – SEETHUR,** pessoa jurídica de direito privado, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o número 03.752.122/0001-22, com sede na Rua ponte nova 86,sala101, no centro de Ipatinga/MG – CEP.:35160-017, neste ato representado por seu Presidente GERALDO JULIAO MAGELA , no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os sócios da entidade, para uma Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 11 de setembro de 2024, na sede da entidade, em primeira chamada às 08:30 (oito horas e trinta minutos) e, não havendo quórum, às 09:00 (nove horas) em segunda e última convocação com qualquer numero de presentes, para tratarem da seguinte "ordem do dia": a) Leitura do Edital; b) Autorização para mudança da sede da entidade sindical; c) Debates para aprovação ou não da mudança de endereço; d) Eleição suplementar; e) Votação pelos sócios dos itens "b" e "d"; f) Assuntos correlatos. As decisões tomadas nesta Assembleia prevalecerão para todos os efeitos legais. Ipatinga, 05 de setembro de 2024. Geraldo Juliao Magela. Presidente.

EDITAL JUÍZO DO DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS. Christyano Lucas Generoso, MMº Juíz de Direito da 22ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, no exercício do cargo, na forma da Lei, etc. Faz saber a todos quantos este edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo processam os termos de uma Ação Procedimento Comum promovida por HONORIO PAULO DE SOUZA LOCACOES - ME processo nº 5095358-60.2021.8.13.0024 E, estando a ré, NETO MENDES ENGENHARIA LTDA - EPP em lugar incerto e não sabido, fica a mesma citada para ação e para oferecer contestação no prazo de 15(quinze) dias. Fica Vossa Senhoria advertida de que, não sendo contestada a ação, serão considerados revéis e presumir-se-á verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora na petição inicial. Este edital é publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 11 de junho de 2024. K-05e06/09

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS
Leilão online - WWW.VEGASLEILOES.COM.BR
1º Leilão – 16/09/2024 às 15h / 2º Leilão – 20/09/2024 às 15h (DF)

Hugo Alexandre Pedro Alem, Leiloeiro Oficial, Jucesp 935, autorizado por **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE DA REGIÃO DA ALTA MOGIANA – SICOOB CREDIMOGIANA** – CNPJ 69.346.856/0001-10, venderá em 1° ou 2° Público Leilões na modalidade *online*, na forma da Lei 9.514/97, o(s) seguinte(s) bem(ns): **Matrícula 42.260 do RI de Varginha/MG:Uma casa residencial situada em Varginha, na Rua Ataliba Rezende, 224, Bairro Vale Verde, com três pavimentos, construída no terreno constituído pela fusão dos lotes nº6 e 7, da quadra G. Área do terreno 1.026,00m². Área construída de 617,96m², conforme descrição detalhada na referida matricula imobiliária, disponível no site do leilão. Inscrição municipal 25.039.0060.001.1º LEILÃO lance inicial R$6.006.571,20**; 2º LEILÃO lance inicial **R$5.586.489,97**. **PAGAMENTO**: Totalidade do valor do lance em até 24 horas da arrematação mais a comissão de 5% sobre o lance total ofertado em favor do Leiloeiro, no mesmo prazo. **Imóvel ocupado, sendo ônus e responsabilidade exclusiva do arrematante a desocupação**. **Eventual débito de condomínio será de responsabilidade do arrematante, cabendo ao interessado diligenciar neste sentido**. O arrematante ficará responsável pelos débitos de IPTU e/ou ITR e todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação, bem como ITBI e custas cartoriais para lavratura e registro da escritura e/ou outro documento/taxa/imposto necessário a transferência. Venda em caráter *ad corpus*. **E para que chegue ao conhecimento de todos e não possam alegar desconhecimento do feito é publicado o presente Edital, sendo que os interessados deverão tomar ciência do Edital completo e regras para participação no site www.vegasleiloes.com.br.** Cadastre-se no site para dar seu lance. Informações (16) 3877-9797.

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA
MINISTÉRIO DA DEFESA
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº: 90037/GAPLS/2024

OBJETO: Contratação da prestação do serviço de comercializadora varejista para fornecimento de energia elétrica no ambiente de contratação livre (ACL), fonte 100% renovável para o GAP-LS e unidades Apoiadas.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 06 de setembro de 2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 20 de setembro de 2024, às 09h, no site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
EDITAL E ESPECIFICAÇÕES: encontra-se no site: **https://www.gov.br/compras/pt-br**, e no endereço: Av. Brig. Eduardo Gomes, S/N – Vila Asas, Lagoa Santa/MG.
Telefones: (31) 2112-9383.
LUCIANA DO AMARAL CORREA Cel Int
Ordenadora de Despesas

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - DSEI/MG-ES
MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

O Distrito Sanitário Especial Indígena Minas Gerais e Espírito Santo – UASG 257035 - torna público o Pregão Eletrônico nº 90029/2024 para a prestação do serviço de desinsetização, desratização e descupinização conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, serviço de controle sanitário integrado para o combate de vetores e pragas urbanas, esse serviço deve incluir ações de desinsetização, desratização e descupinização, visando prevenir doenças transmitidas por esses vetores e pragas, proteger as infraestruturas das comunidades indígenas e melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais, visando eliminar pragas e vetores, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Edital nº 90029/2024 disponível das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h30. Endereço: Av. Piracicaba, 325, Ilha Dos Araújos - Governador Valadares/MG ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Sistema Eletrônico de Informação - SEI, por meio de solicitação de link de acesso. Entrega das Propostas: a partir de 06/09/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 23/09/2024 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais. Governador Valadares/MG, 05/09/2024. **MARINALVA CORREIA FERNANDES - Pregoeira.**

AGRONEGÓCIO

Super Queijos chamam atenção e promovem regiões

SETOR LÁCTEO Ideia inicial do produtor cultural Jordane Macedo era só criar iguaria para entrar no Guinness World Records; projeto deu tão certo e vem conquistando produtores e consumidores

MICHELLE VALVERDE

Com o objetivo de criar um movimento de valorização e promoção dos queijos produzidos em Minas Gerais, o produtor cultural e diretor da Rota do Queijo de Minas, Jordane Macedo, criou um projeto que produz os maiores exemplares do Queijo Minas Artesanal (QMA). O projeto Super Queijos começou de forma despretensiosa na Região do Queijo Canastra, com a produção do Super Queijo Canastra Imperial. O projeto deu certo e vêm conquistando a atenção de produtores e consumidores.

De acordo com Macedo, a princípio, a ideia era fazer um queijo para entrar no Guinness World Records. Em visita à Região do Queijo Canastra, Macedo conheceu os produtores Ivair Oliveira e Lúcia Oliveira, do premiado Queijo do Ivair, e eles toparam participar do projeto. O processo de produção contou também com especialistas em produção queijeira.

Para a produção do Canastra Imperial, os produtores disponibilizam toda a ordenha de um dia, 300 litros, para a produção de um único queijo. O resultado foi o Canastra Imperial, um queijo de guarda com mais de 30 quilos e um sabor surpreendente.

"Minha ideia era fazer um queijo para Guinness. Não sabia como o queijo ia comportar por ser um alimento vivo e envolver muitas variáveis. Tivemos uma grande sorte porque todos os super queijos que já abriram estavam com um sabor fabuloso", comemora Macedo.

Os desafios para a produção dos Super Queijo são grandes e envolvem desde a matéria-prima, passando pela estrutura física da propriedade e também todo o processo de maturação que é feito com um queijo enorme, exigindo, então, fôrmas e instrumentos de manejo específicos. "Estamos aprimorando as técnicas. É preciso estudar cada queijo porque cada um é uma experiência única e incrível", completa ele.

Produtor cultural e dietor da Rota do Queijo de MInas, Jordane Macedo viu projeto ter grande adesão dos produtores das tradicionais regiões queijeiras e crescer FOTO: DIVULGAÇÃO / MADE IN BH

> "Estamos aprimorando as técnicas. É preciso estudar cada queijo porque cada um é uma experiência única e incrível"
> Jordane Macedo

Canastra Imperial - A produtora do Queijo do Ivair, Lúcia Oliveira, aprovou o projeto e continua produzindo o Super Queijo Canastra Imperial. "Produzir o canastra imperial começou como uma brincadeira, sem pretensão, queríamos estudar o comportamento de um queijo com tamanho maior. Os resultados surpreenderam porque começou a ter destaque pra todo lado que a gente ia e levava o super queijo, todo mundo queria tirar foto com o queijão, os olhos das pessoas brilham quando vê um queijo de tamanho gigante".

No ano passado, Lúcia e Ivair produziram três unidades do Canastra Imperial e este ano foram mais quatro unidades. "Cada queijo está com um tempo de maturação, mas ainda estão bem jovens. A ideia é ter mais unidades para maturar por mais tempo", explica.

Os queijos produzidos em 2023 foram cortados com quatro, sete e 11 meses. "O super queijo que estava com 11 meses de maturação apresentou um sabor melhor que os outros que foram cortados mais novos. Agora, a ideia é cortar com mínimo de 12 meses e ir sentindo as mudanças de sabor e textura", disse Lúcia.

Super Queijos em várias regiões - Com o sucesso do Canastra Imperial, produtores de outras regiões se interessaram pelo projeto e, juntamente com Macedo, ampliaram o projeto para as regiões produtoras de Araxá e da Mantiqueira de Minas. Conforme Jordane Macedo, para participar do projeto, o produtor responsável pela produção tem que ter pensamento coletivo e que o queijo represente toda a região.

"Procuramos realizar o projeto com quem tem sinergia com os coletivos, representando, assim, a região. Então, escolhemos o produtor que tem a alma coletiva. Usamos a estrutura, o leite e esse produtor é o responsável por cuidar do queijos. É um projeto que nasceu com o objetivo de ser plural, de todos e promover a região como um todo", acrescenta.

Grand Araxá levou cerca de 500 litros de leite e está em guarda FOTO: ARQUIVO PESSOAL / RENATA DEOPALI

Na região da Mantiqueira, a produção do super queijo aconteceu depois da Associação dos Produtores de Queijo Artesanal Mantiqueira de Minas (Apromam) convidar o grupo responsável pelo projeto. Assim, o queijo Soberano da Mantiqueira foi produzido em parceria com a queijaria Dom Carmelo, de Itamonte.

De acordo com o produtor Renato Almeida da Fonseca, proprietário da Dom Carmelo, o Soberano da Mantiqueira pesa cerca de 130 quilos e foi elaborado com 1.350 litros de leite. A ideia é abrir o queijo em julho de 2025, quando ele estará com cerca de 12 meses de maturação e terá em torno de 100 quilos.

"Para a gente, divulgar o queijo da Mantiqueira de Minas, região que reúne 10 municípios, é muito importante. A ideia é promover a produção da região, mostrar a qualidade e as características únicas do produto", acrescenta Fonseca.

Super Queijo Canastra Imperial foi produzido por Ivair e Lúcia Oliveira, do Queijo do Ivair FOTO: DIVULGAÇÃO / NEREU JR

Soberano da Mantiqueira, do produtor Renato Fonseca (à direita) pesa 130 quilos FOTO: ARQUIVO PESSOAL / RENATO FONSECA

Campo das Vertentes deve ser a próxima a produzir

A produção do Super Queijo também chegou à região de Araxá. Lá foi produzido o Gran Araxá. O queijo foi fabricado na queijaria Queijo Mineirim, em parceria com a Associação Regional Produtores Queijo Minas Artesanal Araxá.

Conforme Macedo, foram necessários cerca de 500 litros de leite para a produção. A estimativa é que o Gran Araxá pese em torno de 50 quilos depois de um ano de guarda e tenha 60 centímetros de diâmetro e 30 centímetros de altura.

A próxima região a ganhar um Super Queijo deve ser Campo das Vertentes e outras também estão em tratativas com o projeto. A maturação será concluída no primeiro semestre de 2025.

Degustação no Made in Minas - Os Super Queijos podem ser degustados nos eventos da Rota do Queijo de Minas e Made in Minas. A próxima edição do Made in Minas Gerais: Rota do Queijo de Minas - Sabores que Conectam será de 12 a 14 de setembro, no Museu das Minas e do Metal (MM Gerdau), em Belo Horizonte.

A programação homenageia a mineiridade a partir do queijo artesanal, patrimônio imaterial do Estado. **(MV)**

NEGÓCIOS

RHI Magnesita amplia portfólio de refratários

DIVERSIFICAÇÃO Empresa passou a atender os setores de alumínio, vidro e coqueria

MICHELLE VALVERDE

A RHI Magnesita, especializada em soluções refratárias para processos de alta temperatura na indústria, está ampliando o portfólio de produtos para a América do Sul. Com a aquisição da P.D. Refractories - operação concretizada em outubro do ano passado - passou a ofertar refratários também para os setores de alumínio, vidro e coqueria. Para ficar mais próximo aos clientes, a RHI Magnesita também está transferindo parte da capacidade produtiva da P.D. Refractories da Europa para as fábricas de Contagem e Coronel Fabriciano.

Conforme o gerente regional de Vendas para Processos Industriais na América do Sul da RHI Magnesita, Arthur Mangualde, a ampliação do portfólio para diversificar os mercados de atuação é importante para o fortalecimento dos negócios. A aquisição da P.D. Refractories veio nessa linha e permitiu o ingresso em mercados novos para a indústria.

A RHI Magnesita é especializada em soluções refratárias para processos de alta temperatura na indústria FOTO: DIVULGAÇÃO / RHI MAGNESITA

"A RHI Magnesita sempre foi muito presente nos mercados siderúrgico e de cimento na América do Sul. Desde que a RHI se juntou com a Magnesita existe uma estratégia corporativa de fortalecer a nossa posição em outros mercados. As aquisições que estão acontecendo vêm muito nessa direção de fortalecer a gente em outros segmentos, entre eles o mercado de alumínio, de vidro e coqueria. A P.D. Refractories foi uma aquisição nessa direção e fortaleceu o nosso portfólio de produtos para atender um mercado que antes não tínhamos produtos específicos".

Mercado promissor - Ainda conforme Mangualde, um dos mercados mais promissores é o de alumínio. Na América do Sul, são cinco grandes produtores de alumínio primário, sendo três empresas no Brasil, uma na Argentina e uma na Venezuela. Em 2024, a entrega de refratários da RHI Magnesita para as indústrias ficará em torno de 2 mil toneladas.

"Nós próximos três anos, a gente pretende, pelo menos, triplicar essas 2 mil toneladas de refratários. A gente espera agregar mais ou menos 10.000 toneladas de produção aqui no Brasil. São poucos clientes, mas são empresas muito grandes. Então, é necessário um período para ampliar o fornecimento, respeitando os processos de homologação de produtos e de testes de cada uma das empresas".

Transferência de parte da produção - Com o objetivo de atender os clientes na América do Sul, parte da capacidade de produção da P.D. Refractories da Europa será transferida para as unidades de Contagem e de Coronel Fabriciano. A transferência será importante para reduzir os desafios logísticos, os custos com frete e ter maior segurança de abastecimento.

"Alguns produtos que hoje são fabricados só na Europa, já estamos trabalhando para trazer para o Brasil. As fábricas são bem modernas, então, em termos de investimento estrutural não houve necessidade. Haverá o mínimo de ajuste nas nossas fábricas".

Ainda conforme Mangualde, para a transferência de parte da capacidade produtiva, os trabalhos atuais estão voltados para a busca de fornecedores de matéria-prima. Uma parte das matérias-primas, cerca de 40% a 50%, a própria indústria produz em minas locais.

Segundo Mangualde, ampliação do portfólio para diversificar os mercados de atuação é importante para o fortalecimento dos negócios FOTO: DIVULGAÇÃO / RHI MAGNESITA

"Estamos tentando desenvolver os outros 60%, 50% com fornecedores locais para tentar ter essa produção aqui o quanto antes. As vantagens são várias, como reduzir o desafio logístico e fortalecer nossa produção na América do Sul. A produção local é garantia de abastecimento. E claro, queremos ser competitivos, reduzindo custos e preços para os clientes finais".

TELECOMUNICAÇÕES

Vero, provedora de internet por fibra óptica, chega a BH

DANIELA MACIEL

Criada em 2019, a partir da fusão de sete provedores de internet de fibra óptica espalhados por Minas Gerais, com foco em cidades do interior, a Vero - com atuação em nove estados brasileiros - anuncia o seu plano de expansão pelas capitais. As primeiras são Belo Horizonte e Goiânia (GO).

O investimento na capital mineira e mais seis cidades da região metropolitana será de aproximadamente R$ 7 milhões e 300 empregos entre diretos e indiretos devem ser gerados. Já na capital de Goiás, o investimento previsto é de R$ 5 milhões.

De acordo com o CEO da Vero, Fabiano Ferreira, a companhia traz para Belo Horizonte seu portfólio completo de serviços, que inclui pacotes de internet com *streaming*, além do plano móvel combinado e soluções B2B. A empresa também oferece conexão com o WiFi 6 em todos os planos, garantindo a entrega das maiores velocidades de internet e conteúdos diversificados.

Com uma robusta atuação em cidades de pequeno e médio portes, principalmente no interior, a companhia passa a fornecer na Capital infraestrutura de fibra óptica, serviços de conexão de internet banda larga, rede móvel para celular e serviços digitais agregados na cidade.

"A presença massiva em Belo Horizonte representa um marco importante para a Vero. Entendemos que o interior continua com um grande potencial e não vamos deixar de aproveitar as oportunidades que ele oferece, mas é inevitável falar que Belo Horizonte oferece oportunidades gigantes e queremos aproveitar. Só um número para explicar: apenas 38% das empresas e residências da Capital usam internet de fibra óptica. É um número baixo e queremos ajudar a acelerar", explica Ferreira.

Segundo o diretor-executivo da Vero, José Carlos Rocha, a empresa vai atender todas as regiões da cidade desde o início da operação iniciada em setembro. Para isso, além da rede própria, a Vero vai utilizar a rede neutra já instalada pela V.Tal. Nesta primeira fase, a Vero abrirá uma loja própria na cidade para facilitar o acesso aos seus serviços e atender de maneira mais direta as demandas locais.

"A nossa proposta de valor é agregar velocidades diferentes, equipamentos de alta tecnologia e conteúdos diferentes em uma única proposta. Além disso, queremos ultrapassar a barreira da conectividade. Isso quer dizer que a Vero Empresas oferece além de conectividade de alta gama, seja em banda larga empresarial como corporativa, muito mais que banda larga. Se, no mundo residencial, falamos em '*one stop shop*' (tudo em um só lugar), no mundo corporativo falamos em '*one stop tech*' (soluções tecnológicas em um só lugar). As empresas querem um *hub* de tecnologia. Hoje temos um rol de soluções e juntamos todos os serviços em uma só fatura", afirma Rocha.

Nos próximos anos, a Vero pretende continuar sua expansão em capitais, começando por estados onde a empresa já atua, além de outras importantes cidades brasileiras.

"É natural que avancemos pelas capitais de estados onde já atuamos, porém, isso não quer dizer que não estamos o tempo todo prospectando oportunidades em outras capitais e também grandes cidades de outros estados, inclusive Minas Gerais. A Vero nasce a partir de fusões e aquisições e onde existir um bom negócio, nós vamos estar", pontua o CEO da Vero.

A Vero tem 1,35 milhão de assinantes e 4,5 milhões de usuários, em 420 cidades do Brasil, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A infraestrutura da nova companhia conta com 77 mil quilômetros de rede. Em Minas Gerais são 88 cidades atendidas e um total de 400 mil contratos, impactando mais de 1,2 milhão de pessoas.

Reino Rural expande atuação em Minas Gerais

FRANCHISING Previsão da rede, especializada em linhas de produtos agropecuários, energia fotovoltaica, produtos financeiros e cobranças, é abrir mais quatro lojas no Estado

MICHELLE VALVERDE

Os resultados positivos do agronegócio estão estimulando os investimentos em empresas que atendem a demanda do setor. Exemplo disso é a Reino Rural Franchising, rede de franquias especializada em linhas de produtos agropecuários, energia fotovoltaica, produtos financeiros e cobranças. A rede está expandindo no País e em Minas Gerais, onde deve abrir mais quatro unidades.

De acordo com a diretora executiva da Reino Rural, Viviane Aparecida Henriques, o mercado do agronegócio está aquecido, o que favorece a expansão do número de lojas da franquia. Além disso, o modelo de negócio é *home office*, o que demanda um investimento total próximo a R$ 41 mil, incluindo a taxa de franquia, capital de giro e investimento de instalação. A estimativa de lucro líquido médio mensal é de R$ 29,9 mil e o retorno previsto acontece de 4 a 6 meses.

O franqueado efetua as vendas dos produtos da Reino Rural por meio de uma estrutura de *call center*. Os clientes são fazendas, sítios, chácaras e produtores de pequeno e médio portes.

"A nossa franquia é um modelo *home office*, que funciona com a venda de fertilizantes e produtos de nutrição animal voltados para animais de médio e grande portes, via telefone. Pode ser *home office*, pode funcionar em casa ou mesmo em uma sala comercial. Por não exigir uma estrutura robusta, é uma franquia de funcionamento barato e que tem chamado a atenção do mercado".

Viviane Aparecida Henriques: mercado do agronegócio está aquecido, o que favorece a expansão do número de lojas FOTO: DIVULGAÇÃO / REINO RURAL

A Reino Rural é uma franquia de funcionamento barato e que tem chamado a atenção do mercado FOTO: DIVULGAÇÃO / REINO RURAL

Além de trabalhar com os produtos agropecuários, o portfólio da Reino Rural também conta com dois serviços: o de energia solar e o de soluções financeiras e de cobrança. O que ajuda os clientes a diversificarem a atuação em momentos de sazonalidade ou de baixa nas vendas por questões econômicas, climáticas ou de ciclo de baixa na pecuária e nas *commodities*.

> **"Minas Gerais é extremamente importante porque o agronegócio é muito forte. A expectativa é de expansão no Estado, que hoje já conta com 10 unidades"**
> Viviane Aparecida Henriques

Expansão em Minas - Ainda conforme Viviane Henriques, Minas Gerais é um importante Estado na produção agrícola e pecuária e, por isso, um mercado interessante para o crescimento do Reino Rural. Hoje, há no Estado 10 unidades da empresa e mais quatro unidades estão em processo de negociação para abertura.

"Minas é extremamente importante porque o agronegócio é muito forte. A expectativa é de expansão no Estado, que hoje já conta com 10 unidades. Estamos em negociação para abertura de mais quatro unidades, que devem ser instaladas no Sul do Estado".

As unidades da Reino Rural estão espalhadas pelo Estado, mas o Sul de Minas concentra a maioria. Há unidades em Boa Esperança, Nova Serrana, Belo Horizonte, Montes Claros, Viçosa, Francisco Sá, Machado, Uberaba, Ibertioga e Espírito Santo do Dourado.

Um dos diferenciais que ajudam a alavancar as vendas dos produtos voltados para a agricultura e pecuária é o acesso à assistência técnica.

"Nosso público são os pequenos e médios produtores que, geralmente, não têm assistência técnica à disposição. A nossa franquia conta com essa assessoria, tendo na equipe zootecnistas, engenheiros agrônomos e veterinários que auxiliam os clientes".

A Reino Rural conta com 37 unidades no País. No primeiro semestre de 2024, houve expansão de 19% nos resultados frente ao mesmo período do ano passado. A estimativa é de resultados crescentes e a empresa pretende fechar o ano com alta de 20% a 25% no número de negócios e faturamento.

CONSÓRCIO AUTOMOTIVO

Mineiros ocupam vice-liderança em número de adesões

Um novo levantamento do Klubi, única *fintech* autorizada pelo Banco Central a operar com consórcios no País, aponta o perfil dos mineiros que optam pelo consórcio automotivo. De acordo com a pesquisa, o consorciado de Minas Gerais tem, em média, 38 anos e renda mensal de cerca de R$ 8,3 mil, optando pelo pagamento das parcelas em 83 meses.

Ainda segundo a pesquisa do Klubi, o valor médio escolhido é de R$ 73,4 mil, ainda abaixo da média nacional, que é de aproximadamente R$ 75,7 mil para o consórcio com objetivo de compra de um automóvel.

De acordo com o CEO do Klubi, Eduardo Rocha, "os consórcios vêm se destacando como alternativa para aquisição de bens de alto valor, como os carros, pois além de evitar a taxa de juros, que chegam a 3% ao mês e inviabilizam a compra, a modalidade é muito inclusiva por ter um elevado índice de aprovação. Também não se perde dinheiro com a inflação, já que existe uma correção anual no valor dos planos para garantir o poder de compra do membro. Outro ponto relevante é a contribuição da modalidade com o planejamento financeiro. Na adesão de um plano, os clientes podem escolher o investimento do crédito desejado e o número de mensalidades que desejam para diluir o montante contratado, o que facilita a gestão financeira", explica o executivo.

Segundo a Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac), no último ano houve um aumento de 13,3% no valor de créditos comercializados em consórcios de automotores no País, chegando a R$ 104,32 bilhões em negócios, somando cerca de 1,7 milhão de adesões. De acordo com a associação, o Estado de Minas Gerais teve aumento de 5,6% no número total de consorciados, com mais de 186 mil cotas adquiridas, representando cerca de 11% do volume nacional.

Eduardo Rocha ainda destaca que, além da facilidade de adesão e planejamento financeiro, os consórcios também oferecem outras alternativas para facilitar a conquista do crédito: "Para o membro, há também a possibilidade de ser receber o crédito através do sorteio, que é feito a cada mês e oferece a condição de receber o valor total contratado antes de terminar o pagamento das parcelas. Há também o lance, que é uma forma de antecipar a conquista oferecendo um adiantamento do valor das parcelas", explica o executivo.

SERVIÇO

Cemitério inaugura crematório próprio

O Bosque da Esperança Cemitério Parque inaugura moderno crematório na capital mineira, recentemente autorizado pela Prefeitura de Belo Horizonte para iniciar suas atividades. Localizado em um ambiente de paz e serenidade, o crematório do Bosque da Esperança oferece uma nova opção para as famílias que buscam uma despedida digna e respeitosa para seus entes queridos.

Com mais de 400.000 m² de área total, incluindo 70.000 m² de bosque natural preservado, o Bosque da Esperança é reconhecido como um dos cemitérios mais bem conceituados da América do Sul. A inclusão do crematório ao seu portfólio de serviços amplia ainda mais as alternativas disponíveis, permitindo que cada família escolha a melhor forma de honrar a memória de seus entes, conforme suas necessidades e crenças.

O Bosque da Esperança tem mais de 400 mil m² de área FOTO: DIVULGAÇÃO / BOSQUE DA ESPERANÇA

A missão de "Cuidar e Acolher com excelência" continua a guiar o Bosque da Esperança em todos os seus serviços, agora fortalecida pela oferta do crematório, que segue os mais elevados padrões de atendimento e infraestrutura.

A inauguração do crematório reforça o compromisso do Bosque da Esperança em proporcionar hospitalidade e acolhimento às famílias em seus momentos mais delicados, oferecendo um serviço completo e respeitoso, sempre alinhado com a tradição de excelência que a marca carrega.

VEÍCULOS

C3 Aircross é um SUV com espaço de minivan e conforto de sedan

IMPRESSÕES AO DIRIGIR ***Design*** **robusto, ampla cabine e conforto de marcha se destacam no modelo da Citroën; motor é de origem Fiat, GSE 1.0 Turbo 200**

AMINTAS VIDAL

Entre as marcas da Stellantis no Brasil, a Citroën está focada no custo-benefício. Os novos projetos nacionais são oriundos da Ásia e não da Europa.

Se por um lado modelos desta origem perdem em sofisticação, por outro, eles são mais baratos e, normalmente, mais espaçosos e mais robustos, pois precisam acomodar famílias maiores e circular por vias mais precárias.

Veículos recebeu para avaliação o Citroën C3 Aircross 1.0 CVT Shine, versão de topo de linha e com 5 lugares. A versão avaliada, a Feel Pack (intermediária) e a Feel (de entrada), têm configurações com 5 e 7 lugares.

O preço sugerido desta versão é de R$ 129,99 mil, apenas na cor preta metálica.

Nas cores da unidade avaliada, vermelha metálica com o teto na cor preta metálica, a etiqueta encarece R$ 3 mil, finalizando o seu valor em R$ 132,99 mil.

De série - Os principais equipamentos de série desta versão são: ar-condicionado analógico; painel de instrumentos digital; multimídia de 10 polegadas' com espelhamento sem cabo; volante multifuncional com regulagem em altura; direção elétrica com assistência variável; computador de bordo; barras de teto decorativas; volante e bancos revestidos em material sintético que imita o couro e rodas de 17 polegadas diamantadas com pneus 215/60 R17.

Em termos de segurança, a versão traz poucos equipamentos a mais do que os obrigatórios. Os principais sistemas são: ESP (controle eletrônico de estabilidade) e ASR (controle de tração); hill assist (assistente de partida em rampa); quatro airbags; monitoramento de pressão do pneus; assinatura dos faróis em LED; faróis de neblina; sensor de aproximação traseira e câmera de marcha à ré.

Motor e câmbio - O motor é de origem Fiat, o GSE 1.0 Turbo 200. Em potência, ele atinge 130/125 cv às 5.750 rpm, com etanol e gasolina, respectivamente. Seu torque máximo é de 200 Nm, ou 20,4 kgmf, sempre às 1.750 rpm, com ambos os combustíveis.

O câmbio é automático do tipo CVT com sete (7) marchas programadas, com possibilidade de trocas manuais através da alavanca.

Essa versão Shine pesa 1.216 kg e tem relação peso/potência de 9,35 kg/cv. A Stellantis declara que ela acelera de 0 aos 100 km/h em 9,7 segundos e chega aos 191 km/h de velocidade máxima.

Design - O C3 Aircross tem a frente agressiva e alta, as laterais volumosas e robustas e a traseira reta, aproveitando todo o espaço interno possível.

Seu design de SUV "quadradão" permite uma arquitetura de minivan. Todas as suas medidas são superiores às do C3, hatch do qual se origina.

Ele tem 4,32 metros de comprimento, sendo 33,6 cm a mais do que o hatch, medida que ampliou o porta-malas para 493 litros, ganho de 178 litros.

É um espaço suficiente para receber a terceira fileira de bancos. O entre-eixos de 2,67 metros, ou 13,5 cm a mais, também ampliou bastante a área para os ocupantes da segunda fileira.

Em sua cabine, quatro adultos têm muito espaço para cabeças, ombros e pernas. Provavelmente, ele é o automóvel compacto nacional com a maior área para os passageiros do banco traseiro.

FOTOS: AMINTAS VIDAL

Acabamento - A cabine ampla tem acabamento simplificado. Tirando o revestimento escamado e na cor bronze que cobre o painel principal, o fino apoio de braço central e os bancos, todas as outras peças são feitas em plástico rígido.

Pequenos detalhes em preto brilhante, cromados e imitando alumínio fosco melhoram o visual, mas não disfarçam as economias.

Neste projeto de baixo custo faltam alguns recursos. Os cintos dianteiros não têm regulagem em altura. Os botões dos vidros traseiros estão no console central.

A coluna de direção só tem ajuste em altura e a chave não é nem do tipo canivete. No mais, os equipamentos estão na média da categoria. Eles estão bem posicionados e alguns têm botões físicos, os ideais.

> **"O motor é de origem Fiat, o GSE 1.0 Turbo 200. Em potência, ele atinge 130/125 cv às 5.750 rpm, com etanol e gasolina, respectivamente. Seu torque máximo é de 200 Nm, ou 20,4 kgmf, sempre às 1.750 rpm, com ambos os combustíveis"**

Equipamentos - O ar-condicionado é analógico, o tipo que consideremos o mais eficiente. Os três botões são grandes e todos giratórios. O central se diferencia por ter o seletor da recirculação acoplado a ele, permitindo a operação cega do conjunto.

A tela do multimídia é do tipo mais longa, 10 polegadas na diagonal, mas seu aproveitamento na altura é próximo ao dos painéis de 8 polegadas.

Espelhando sem fio, o multimídia é rápido e estável. Em brilho e em sensibilidade ao toque ele é eficiente, sem destaques. Seu grafismo é simples, tem fácil visualização e usabilidade, apesar da falta de botões físicos para a sua operação.

O quadro de instrumentos de 7 polegadas é 100% digital, configurável e fornece muitas informações.

Estão presentes câmera de ré e sensor de aproximação traseira, dupla que ajuda muito em manobras de estacionamento, pois o C3 Aircross é alto e as colunas "C" são largas. %

Maciez e conforto ao rodar não comprometeram a estabilidade do utilitário esportivo

A carga de molas e amortecedores tem a rigidez mínima necessária para garantir o controle direcional deste modelo mais alto.

Incrivelmente macio, o conjunto de suspensões do SUV compacto faz o seu rodar ficar confortável como o deslocamento de alguns sedans médios. Ele trabalha em frequência mais baixa e isola a cabine das irregularidades do piso.

Em curvas, o modelo aderna pouco, mantém a trajetória sem tendência a escapar, mas sua altura eleva o centro de gravidade reduzindo a carga sobre os pneus, fazendo os mesmos cantarem nessas situações.

Com 23,8° de ângulo de ataque, 32° de ângulo de saída e 200 mm de altura livre do solo, o C3 Aircross supera lombadas e entradas de garagem sem raspar para-choques ou fundo.

Em estrada de terra ele foi tão confortável quanto no asfalto e mostrou ótima aderência para um modelo 4x2.

Se o conforto de marcha é elevado, o acústico é o esperado para um carro de baixo custo. Faltam matérias fono-absorventes.

Barulhos dos pneus, motor e aerodinâmicos são ouvidos na cabine, mas em volumes aceitáveis, não comprometendo o conforto ao rodar em viagens, por exemplo. O ótimo câmbio CVT contribui com a paz interior.

Rodando - Rodando em "D" (*Drive*), aos 90 km/h, o motor trabalhas às 1.650 rpm. Aos 110 km/h, ele ainda não atinge às 2.000 rpm, regimes baixíssimos.

Por ter torque máximo às 1.750, rotação dentro desta faixa de trabalho, o carro fica vivo, mesmo com giro tão baixo. Essa característica deixa o modelo solto, deslocando por inércia, assim como gostamos.

Todas as versões do C3 Aircross contam com este mesmo conjunto motor e câmbio. Mais que a eficiência energética, ele entrega desempenho exemplar.

Com aceleração total, o câmbio bloqueia as marchas pré-programadas até às 6.100 rpm e faz as trocas muito rapidamente para um CVT com conversor de torque, garantindo uma das melhores performances para um motor 1.0 turbo.

Mesmo não sendo esportivo, o desempenho é elevado e exige responsabilidade na condução deste SUV familiar.

Com o modo *Sport* ativado em um botão no painel, as rotações são elevadas em aproximadamente 1.000 rpm e o carro fica mais responsivo em qualquer curso do acelerador.

Cambiando as marchas manualmente pela alavanca, o sistema é permissivo e faz reduções mesmo quando as rotações se aproximam do limite de segurança, tornando a condução muito prazerosa.

Consumo - Em nossos testes padronizados de consumo, avaliamos o Citroën C3 Aircross abastecido com gasolina.

No circuito rodoviário, realizamos duas voltas no percurso de 38,7 km, uma mantendo 90 km/h e outra os 110 km/h, sempre conduzindo economicamente. Na volta mais lenta registramos 17,2 km/l. Na mais rápida, 14,5 km/l.

No nosso circuito urbano de 6,3 km realizamos quatro voltas, totalizando 25,2 km. Simulamos 20 paradas em semáforos com tempos entre 5 e 50 segundos.

Vencemos 152 metros entre o ponto mais alto e o mais baixo deste acidentado percurso. O modelo finalizou o teste com 10,2 km/l.

As versões do C3 Aircross são mais baratas do que as variantes do Chevrolet Spin, seu principal concorrente.

Se o SUV da Citroën perde na qualidade dos acabamentos, assim como na oferta de equipamentos e no espaço do porta-malas, ele dá o troco em desempenho, espaço na cabine e, principalmente, no conforto de marcha. **(AV)** %

CONJUNTURA

Indústria mineira inova mais

INVESTIMENTOS Intenção de lançamento de produtos no Estado alcançou recorde em agosto

JULIANA SODRÉ

A indústria mineira registrou a maior intenção de lançamento de produtos no Brasil no mês de agosto ao alcançar aumento de 44% no Índice GS1 Brasil de Atividade Industrial. O índice é divulgado mensalmente pela Associação Brasileira de Automação-GS1 Brasil.

O desempenho do Estado é o melhor da série histórica. Há 12 anos, o índice antecede a produção industrial ao medir a intenção de lançamento de produtos no Brasil por meio dos pedidos de códigos barras pelas empresas.

Para o consultor de pesquisa e desenvolvimento da Associação Brasileira de Automação GS1-Brasil, Luiz Felipe Oliveira Lima, a alta expressiva em Minas Gerais se deve ao bom desempenho econômico do Estado. "As indústrias de Minas estão inovando mais e estão criando novos produtos", afirmou.

Índice cresceu 44% em Minas, enquanto no País a alta foi de 18,6% FOTO: DIVULGAÇÃO / FUNDIÇÃO ALTIVO

> **"A gente tem um aumento de lançamento de produtos nessa época para atender às datas comemorativas como Dia das Crianças, Black Friday, Natal e Réveillon"**
>
> Luiz Felipe Oliveira

Para o consultor, o índice da Associação corrobora com dados da produção industrial apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Industrial Mensal (PIM) e com os dados da atividade econômica, referindo-se ao Produto Interno Bruto (PIB). A geração de riquezas no Estado avançou 2,9% no primeiro trimestre, somando R$ 253,8 bilhões. Além disso, no acumulado de 2023, o PIB mineiro superou R$ 1 trilhão pela primeira vez na história, conforme divulgado pelo governo de Minas.

No Brasil, o mesmo índice voltou a ser positivo após apresentar queda nos últimos meses. Em agosto, a alta foi de 18,6% na comparação com o mês de julho e de 0,9% quando comparado a agosto de 2023.

De acordo com o consultor da associação, Minas Gerais e São Paulo foram os estados que puxaram a alta do País no mês. Lima explica que um crescimento tímido era observado continuamente no estado mineiro, mas, desde o meio do ano passado, foi percebido esse "*boom*" no crescimento.

Além do desempenho mineiro, o consultor atribui a alta do índice nacional ao reflexo de uma renovação de portfólio natural da indústria no segundo semestre e a considera o crescimento esperado. "A gente tem um aumento de lançamento de produtos nessa época para atender às datas comemorativas como Dia das Crianças, Black Friday, Natal e Réveillon".

Conforme os dados da associação, os setores de alimentos e bebidas foram os que mais inovaram e estão trazendo novidades para o varejo e para o consumidor. A alta foi de 17% e 13,3% respectivamente no mês.

Expectativas - De acordo com o consultor da Associação, o índice antecede a produtividade industrial. "Os produtos criados geram atividade econômica quando são produzidos depois", explica. Por isso, a expectativa é de um bom desempenho industrial nos próximos meses, com destaque para o setor de alimentos e bebidas.

CONSUMO

Cai o endividamento das famílias no País, diz CNC

Rio de Janeiro - Pelo segundo mês consecutivo, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), registra queda do endividamento das famílias brasileiras. O percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer diminuiu para 78% em agosto, abaixo dos 78,5% observados em julho, mas ainda superior ao índice de 77,4% registrado em agosto do ano passado.

Segundo a CNC, o resultado reflete uma cautela crescente das famílias em relação ao uso do crédito. Apesar dessa redução do endividamento geral, o número de famílias que se consideram "muito endividadas" aumentou para 16,8%.

Para o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, o comportamento recente do endividamento está diretamente ligado ao cenário macroeconômico. "O resultado do PIB, que apontou um crescimento de 1,4% no segundo trimestre, superou as expectativas, mas também revelou um ambiente econômico ainda desafiador. O alívio do endividamento é positivo, mas precisamos considerar que os juros elevados e a recuperação econômica lenta ainda geram incertezas para as famílias brasileiras. Uma possível retração no consumo pode afetar a retomada do crescimento", ressalta Tadros.

Inadimplência - Em relação à inadimplência, o percentual de famílias com dívidas em atraso se manteve estável em 28,8% pelo terceiro mês consecutivo, permanecendo ligeiramente abaixo do registrado em agosto de 2023. No entanto, o percentual de famílias que não terão condições de pagar suas dívidas atrasadas subiu para 12,1%, um indicativo de que, mesmo com a estabilização no número de contas em atraso, as dificuldades financeiras permanecem. Além disso, o percentual de dívidas em atraso há mais de 90 dias aumentou para 48,6%, o maior desde março de 2020.

O economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, observa que, embora o endividamento esteja em queda, o comprometimento da renda das famílias com o pagamento de dívidas ainda é elevado. "O percentual médio de comprometimento da renda foi de 29,6% em agosto, demonstrando que as famílias estão buscando manter suas finanças sob controle, mas precisam alongar os prazos e lidar com juros altos, o que complica a situação", explica Tavares.

O percentual de famílias com mais da metade da renda comprometida com dívidas atingiu 19,9%, o maior desde junho deste ano. As projeções da CNC indicam que o endividamento deve voltar a subir no último trimestre do ano, acompanhando um aumento gradativo da inadimplência, que poderá atingir 29,5% até dezembro.

Nas modalidades de crédito, o cartão de crédito continua liderando com 85,7% de participação entre os devedores, apesar de uma retração de 0,4 p.p. em comparação ao mês anterior. O crédito pessoal destacou-se com um aumento de 0,5 p.p. em relação a julho e 1,8 p.p. na comparação anual, refletindo as recentes reduções das taxas de juros dessa modalidade.

O Rio Grande do Sul, afetado por enchentes em maio, vem apresentando um aumento contínuo do endividamento, que alcançou 92,9% em agosto, o maior percentual desde outubro de 2023. Com isso, o estado registrou 39,1% de famílias endividadas com contas em atraso, o maior índice desde dezembro de 2023, e 3,7% sem condições de quitá-las, o mais alto desde agosto de 2021. **(ABr)**

ENERGIA

Brasileiros pagam por ineficiências

São Paulo - Os consumidores brasileiros de energia pagam na conta de luz R$ 100 bilhões por ano em ineficiências e subsídios, mais de um quarto de todos os custos circulantes no setor elétrico nacional, aponta um estudo divulgado nesta quinta-feira pela Abrace, associação que representa mais de 40% do consumo industrial de energia e gás do País.

Os cálculos da entidade consideram subsídios classificados como explícitos, como os pagos na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - encargo embutido na conta de luz que custeia uma série de políticas públicas, da Tarifa Social até subsídio ao carvão -, e também ineficiências "ocultas".

Com relação à CDE, cujo orçamento anual já ultrapassa R$ 30 bilhões, a defesa da entidade é de que ela passe a ser paga pelo Orçamento da União, em vez de recair sobre os consumidores de energia.

Mas a Abrace calcula que há um ônus não explícito aos consumidores ainda maior do que a CDE e que chega a R$ 63 bilhões por ano, entre aspectos que vão desde a energia mais cara contratada no mercado regulado, das distribuidoras, até valoração ineficiente de perdas não técnicas e taxas cobradas pela iluminação pública.

Como exemplo, a analista de energia da associação, Natália Moura, cita a tarifa da energia de Itaipu, que cobre uma série de custos não relacionados ao setor elétrico. Somente as ineficiências na contratação e energia para o mercado cativo somam R$ 21 bilhões.

"Estamos mostrando que existem encargos que não são visíveis. O consumidor brasileiro paga um 'encargo do equilíbrio fiscal', R$ 900 milhões por ano, um dinheiro para manter a Aneel, mas que não vai para manutenção da Aneel", disse o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa.

Pedrosa ressaltou ainda que esse custo a mais chega também ao preço de tudo que é produzido internamente no País. "A indústria brasileira está parada há uma década e o consumo dobrou, nós estamos importando produtos que poderiam ser feitos aqui se tivéssemos, entre outras coisas, energia competitiva", destacou, lembrando que o Brasil consegue gerar energia a custos baixos pela ampla participação de fontes renováveis na matriz.

Segundo a entidade, o Brasil tem hoje uma das contas de luz mais caras do mundo em relação à renda per capita, perdendo apenas para países de baixa renda, como Senegal, Chad, Cabo Verde, Quênia, Filipinas, Gana, Nicarágua e Nepal. **(Reuters)**

Os proprietários de veículos em Minas Gerais poderão agrupar todos os tributos por meio do CPF FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE

Governo de Minas lança a plataforma IPVA Digital

TRIBUTOS Nova ferramenta criada pela Secretaria de Estado de Fazenda facilita o pagamento do imposto e também permite a quitação da TRLAV

IRIS AGUIAR *

O governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF), lançou ontem o IPVA Digital, plataforma que pretende facilitar o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e da Taxa de Renovação do Licenciamento Anual de Veículo (TRLAV).

A nova ferramenta já está disponível no *site* da SEF e visa simplificar o processo, permitindo que os motoristas realizem as transações com menos cliques e maior agilidade.

O sistema ainda é conectado diretamente à Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET), substituta do antigo Detran, que atualiza em tempo real as condições e pendências tributárias.

O pagamento continua podendo ser feito com a emissão do Documento de Arrecadação Estadual (DAE), que é a guia de recolhimento, ou via Pix.

A nova plataforma permite que, ao digitar o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), o cidadão visualize em uma única tela todos os débitos relacionados ao veículo. O sistema também oferece a opção de emitir comprovantes de pagamentos de IPVA e TRLAV, além de ser integrado à Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET), que atualiza em tempo real as pendências tributárias.

Uma das inovações do IPVA Digital é a possibilidade de agrupar os tributos de veículos pelo CPF do proprietário, o que facilita a consulta e emissão de guias de pagamento para quem possui mais de um veículo. Inicialmente, o limite será de até dez veículos por CPF.

O acesso ao sistema é feito por meio da autenticação no aplicativo gov.br, que permite ao proprietário visualizar o histórico e *status* de todos os veículos registrados em seu nome.

O Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) de 2024 já está sendo exigido em Minas Gerais. Para obter o documento, os proprietários devem estar em dia com o pagamento do IPVA, TRLAV e eventuais multas. **(* Estagiária sob supervisão da edição/com informações da Agência Minas)**

PENTE-FINO NO BPC

INSS vai convocar 1,2 milhão de segurados

São Paulo - O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) está convocando beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para um pente-fino que visa regularizar situações pendentes e cadastros desatualizados, e que pode cortar a renda do cidadão. Até o fim do ano, serão chamados 1,2 milhão de segurados.

A medida faz parte de uma revisão de gastos para coibir irregularidades nos pagamentos, e tem sido questionada. Muitos segurados acreditam que o governo irá cortar aposentadorias. No entanto, BPC não é aposentadoria.

Chamado de benefício programável, a aposentadoria é um direito de quem contribui com a Previdência. No caso do BPC, não é preciso pagar contribuições, basta que o critério de renda da família atenda às condições que dão direito ao benefício.

O governo federal prevê o corte de R$ 25,9 bilhões em 2025, dos quais R$ 6,4 bilhões se referem ao BPC e R$ 10,5 bilhões a outros benefícios pagos pelo INSS, incluindo o auxílio-doença.

O presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, afirma que a revisão do BPC e do auxílio-doença está prevista em lei e não é uma ação que será feita agora e, depois, esquecida. Será contínua. Além disso, diz que o órgão está investigando inicialmente cadastros desatualizados há 48 meses ou quem nunca se cadastrou. "Tem CadÚnico sem atualizar há 48 meses, é um conjunto da época da pandemia e também um problema de renda. Às vezes, a pessoa já não tem mais a condição de renda", pondera

Com o início da revisão, segurados passaram a questionar se perderiam seus benefícios nesse processo. Uma *fake news* diz que, nas casas em que são pagos dois benefícios, um deles seria cortado.

Julia Lenzi, professora de direito previdenciário da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo(FDUSP), afirma que essas rodadas de fiscalização só irão afetar aqueles que se encontram fora das regras de concessão.

"Existem problemas que podem ser de ordem pessoal ou do sistema, e que geram a concessão indevida de benefícios. Eles serão revistos e, em eventual caso de cancelamento administrativo, os recursos de quem tem direito sempre serão garantidos, sendo também possível a entra na Justiça contra o corte", ressalta.

O BPC está previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Portanto, trata-se de um benefício assistencial, e não previdenciário, que é pago pelo BPC. Segundo a lei, o benefício "é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade".

Para o caso dos indivíduos com deficiência, é necessário que a condição lhe cause impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, impossibilitando a pessoa de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade com as demais pessoas.

No caso da idade, é preciso que o beneficiário tenha a partir de 65 anos e seja de família cuja renda por pessoa seja de até um quarto do salário mínimo. No caso das pessoas com deficiência, o benefício é pago a cidadão de qualquer idade, desde que também tenha a renda *per capita* exigida na lei.

Flexibilidade - A professora afirma que, apesar do limite de renda para acesso ao benefício, há uma flexibilidade nos tribunais mediante a comprovação de gastos excessivos com alguns itens, como, por exemplo, medicação, alimentação especial, fraldas e equipamentos de saúde.

"É possível elevar essa renda *per capita* em até um meio salário mínimo, mas, de qualquer maneira, nós estamos falando de situações de alta miserabilidade", explica Julia Lenzi.

No caso da deficiência, após a comprovação da renda, é necessário que a pessoa passe por uma avaliação médica e social no INSS. Além do auxílio, os beneficiários do BPC contam com descontos nas tarifas de energia elétrica por meio da Tarifa Social de Energia. O BPC não pode ser acumulado com outros benefícios, como aposentadoria e a pensão, por exemplo, seja do INSS ou outro regime.

Julia Lenzi explica que, de acordo com a Loas, o recebimento de um BPC por um idoso ou por uma pessoa com deficiência de um determinado núcleo familiar não é obstáculo para o reconhecimento e a concessão de outro BPC.

"Isso já estava previsto tanto no Estatuto do Idoso, quanto na Lei Assistencial para casais de idosos maior de 65 anos. Por decisões judiciais, isso também foi ampliado para pessoas com deficiência", destaca. **(Júlia Galvão e Cristiane Gercina/Folhapress)**

CURTAS

Difal do ICMS no Simples

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou que são válidos os dispositivos de lei complementar que obrigam o recolhimento do diferencial de alíquotas do ICMS-ST pelas empresas optantes do Simples Nacional que realizarem operações interestaduais. A decisão, que foi tomada em sessão virtual no julgamento do ADI 3060, estabeleceu que não há violação sobre o tratamento diferenciado dado às microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que cabe ao legislador definir a base de cálculo, alíquotas e forma de apuração dos tributos contemplados pelo Simples Nacional, além de definir os impostos e contribuições excluídos do regime de tributação simplificado. A advogada Edna Dias da Silva explica que a decisão do STF foi pautada de forma a minimizar os impactos relativos ao recolhimento do Simples, uma vez que a regra da substituição tributária já não contemplava o recolhimento por guia única.

Reforço da cibersegurança no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu recentemente sete novas instruções normativas voltadas para a cibersegurança, marcando um avanço significativo no combate às ameaças digitais. As novas regras, que buscam reforçar os processos e padrões de segurança da informação no tribunal, não apenas protegem as operações, como também asseguram que os dados pessoais tratados no âmbito do STF estejam protegidos de acessos indevidos, vazamento de informações e demais ameaças. Entre as novas normas estabelecidas estão a exigência de maior transparência nos processos de segurança digital e a implementação de protocolos mais robustos para a proteção de dados.

Funcionamento da Vivo Pay

A Telefônica Brasil informou que o Banco Central aprovou autorização de funcionamento da Vivo Pay Sociedade de Crédito Direto, parte da estratégia da companhia de avançar sobre o mercado de serviços financeiros. O presidente-executivo da Telefônica Brasil, Christian Gebara, tinha afirmado no final de julho que a empresa estava próxima de conseguir uma licença de serviços financeiros junto ao BC. Na ocasião, conforme a Reuters, o executivo afirmou que até a licença, a Telefônica Brasil alugava de terceiro uma permissão para oferta de produtos de crédito na modalidade *"bank as a service"*. A licença do BC permitirá redução de custos já que a empresa poderá oferecer diretamente serviços financeiros aos clientes em vez de depender de um terceiro, disse o executivo na ocasião.

Regulamentação de cosméticos

Uma resolução da diretoria colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estabelece nova regulamentação de boas práticas para as empresas fabricantes de cosméticos. O objetivo é aprimorar o monitoramento e a segurança dos cosméticos permitidos no País, garantindo, com isso, que eventuais riscos à saúde sejam identificados e gerenciados de maneira eficaz e em tempo hábil. A resolução deve entrar em vigor em 12 meses. A resolução da Anvisa utiliza o termo cosmetovigilância, usado para designar a vigilância e o monitoramento pós-comercialização e pós-uso. Segundo a Agência Brasil, esse monitoramento vai compreender as atividades de identificação, notificação, avaliação, investigação, monitoramento, comunicação e prevenção de reações adversas decorrentes do uso de produtos cosméticos em condições normais ou razoavelmente previsíveis.

FINANÇAS

Votação de Galípolo ganha data

AUTORIDADE MONETÁRIA Presidente do Senado marca para o dia 8 de outubro a apreciação do nome indicado por Lula para o comando do Banco Central

Brasília - O plenário do Senado deve apreciar a indicação do atual diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para a presidência da autoridade monetária no dia 8 de outubro, após o primeiro turno das eleições municipais. A data foi marcada pelo presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG).

Rodrigo Pacheco pediu ainda para que o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), faça a sabatina de Galípolo antes dessa data. O indicado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do BC precisa passar por sabatina e votação na CAE antes de ser analisado pelo plenário do Senado.

O senador Rodrigo Pacheco lembrou que o período eleitoral é de baixo quórum no Parlamento e, por isso, decidiu por uma data após o primeiro turno do pleito municipal.

"É essa primeira semana após a eleição que permitirá que todos os senadores e senadoras, mais ou menos envolvidos nas campanhas eleitorais, possam se desincumbir do seu papel político relevante, que é o político-eleitoral, e possam estar aqui, no Senado Federal, presencialmente", argumentou o senador.

O líder da oposição no Senado, senador Marcos Rogério (PL/RO), pediu que a votação ficasse para depois do segundo turno para dar mais tempo do indicado conversar com todos os senadores.

"É preciso que esse indicado, antes de ser sabatinado na CAE, tenha a oportunidade de conversar com o conjunto dos senadores", destacou.

O líder do governo, senador Jaques Wagner (PT/BA), ponderou que Gabriel Galípolo já conversou com mais de 30 senadores e que terá tempo de falar com todos antes do dia 8 de outubro.

"Eu acho que é um tempo suficiente. O nome não é um nome, como se diz, tirado de uma cartola, porque já está há um ano como diretor do Banco Central. Conseguiu construir uma relação inclusive com o atual presidente (do BC)", argumentou.

Gabriel Galípolo deve ser sabatinado pela CAE antes da votação pelo plenário do Senado FOTO: LULA MARQUES / AGÊNCIA BRASIL

> **"É essa primeira semana após a eleição que permitirá que todos os senadores e senadoras possam se desincumbir do seu papel político relevante e possam estar aqui, presencialmente"**
> Rodrigo Pacheco

A assessoria de imprensa do presidente da CAE, senador Vanderlan, informou que ainda não há data para a sabatina e votação da indicação no colegiado.

Trajetória - O economista Gabriel Galípolo é diretor de Política Monetária do Banco Central, cargo que ocupa desde julho de 2023. Foi secretário de Economia e de Transportes do governo de São Paulo; trabalhou na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no Centro Brasileiro de Relações Internacionais e no Banco Fator, instituição que fundou. Em 2023, assumiu o cargo de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, até ser indicado e aprovado para a diretoria do BC.

Se aprovado no Senado, Galípolo assume a presidência do Banco Central no lugar de Roberto Campos Neto. Indicado pelo governo anterior, Campos Neto é criticado no atual governo pela manutenção das altas taxas de juros. O mandato de Campos Neto termina no dia 31 de dezembro. **(ABr)**

Riscos fiscais ameaçam a estabilidade, avaliam as instituições financeiras

São Paulo - As instituições financeiras passaram a ver os riscos fiscais como os mais relevantes para a estabilidade financeira no Brasil nos próximos três anos, indicou ontem pesquisa do Banco Central (BC) .

Realizada de 29 de julho a 12 de agosto, a Pesquisa de Estabilidade Financeira (PEF) indicou que 41 das 100 instituições consultadas apontam os riscos fiscais como os mais importantes. No levantamento anterior, de maio, foram 27 de 100 instituições.

O risco relacionado ao cenário internacional é o segundo mais importante, com 23 de 100 citações na pesquisa divulgada nesta quinta-feira. Em maio, este era o risco mais importante na visão das instituições, com 38 indicações.

Em relação à percepção sobre o fiscal, conforme o BC, os destaques foram preocupações com a trajetória da dívida pública e com os impactos da política fiscal nos preços dos ativos e na política monetária.

Na última sexta-feira, o BC informou que a dívida bruta do governo geral atingiu 78,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em julho, ante 77,8% em junho. O percentual está acima da projeção de 78,2% do mercado para o indicador no fim deste ano, segundo o mais recente levantamento do BC no relatório Focus.

Na PEF, o BC informou ainda que os três riscos mais importantes para a estabilidade financeira nos próximos três anos, na visão das instituições, são os relacionados ao cenário internacional, aos fiscais e à inadimplência e atividade.

Apesar dos riscos, as instituições indicam que a confiança na estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN) segue elevada, registrou o relatório. **(Reuters)**

CRÉDITO

C6 Bank expande empréstimos com garantia de veículo

DIONE AS

O C6 Bank, instituição bancária digital, agora está acessível para não correntistas que desejam usar o seu veículo como garantia para contratar um empréstimo para financiar um veículo. Antes, essa modalidade estava disponível somente para clientes do banco.

Segundo o *head* de Veículos do C6 Bank, Ricardo Bonzo, o crédito com garantia de veículo oferece tarifas que acabam ficando mais competitivas no mercado por ter prazos mais flexíveis de empréstimo quando o automóvel é usado como garantia de pagamento.

A modalidade permite a liberação de empréstimo de até R$ 150 mil, que pode ser pago em um prazo máximo de 60 meses. Já a taxa de juros, segundo a instituição, é de 1,45% ao mês.

"Com a extensão do crédito com garantia de veículo para não clientes, permitimos que pessoas que ainda não têm relacionamento com o C6 Bank consigam contratar uma linha de crédito que oferece condições mais vantajosas", afirma Ricardo Bonzo.

Atualmente, Minas Gerais representa o segundo maior mercado de financiamento de veículos para o C6 Bank, ficando atrás apenas de São Paulo.

Com o intuito de facilitar o acesso ao empréstimo, o C6 Bank orienta que para algumas especificações precisam estar enquadradas dentro dos critérios para a devida aprovação e liberação de crédito:

- para contratar o empréstimo, o veículo precisa estar quitado;
- o veículo também precisa estar registrado no nome do proprietário;
- o não correntista precisa estar livre de pendências financeiras e judiciais;
- o veículo precisa ter 15 anos de fabricação e pertencer à categoria leve, ou seja, com peso bruto de até 3,5 toneladas;
- no caso de veículo usado como garantia do empréstimo, ele precisa constar com o nome do proprietário.
- o processo de contratação é feito por meio da rede de lojas credenciadas C6 Bank;
- para quem já é cliente do banco, a contratação também pode ser feita diretamente pelo aplicativo do C6 Bank

BANCOS

Bradesco vai realizar leilões de imóveis em Minas Gerais

IRIS AGUIAR

O Banco Bradesco, em parceria com a Mega Leilões, vai realizar quatro leilões de imóveis em setembro, com destaque para propriedades em Minas Gerais. Os eventos acontecerão de forma *on-line*.

Entre os imóveis disponíveis no Estado estão um apartamento no bairro Santa Branca, na região da Pampulha, em Belo Horizonte, com lance inicial de R$ 101 mil. Outro destaque é um terreno em Jaíba, na região Norte de Minas, com lance de R$ 25 mil.

Já no Vale do Aço, uma casa em Ipatinga será leiloada em dois eventos: o primeiro no dia 18 de setembro, com lance de R$ 2,3 milhões, e o segundo no dia 20, com lance reduzido para R$ 1,074 milhão.

O leilão também inclui um apartamento em Poços de Caldas, no Sul de Minas, com lances a partir de R$ 336 mil no primeiro leilão e R$ 201,6 mil no segundo, previsto para 27 de setembro.

Além dos imóveis em Minas Gerais, os leilões também contarão com propriedades em outros estados, como Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Os lances podem ser pagos de forma facilitada pelo Banco Bradesco. Há a opções de pagamento à vista com 10% de desconto ou parcelado em até 12 vezes sem juros, com 25% de sinal (para a maioria dos lotes).

Para imóveis até R$ 100 mil, o parcelamento pode ser feito em 24 vezes, com juros de 12% ao ano e correção pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), também com 25% de sinal. Já para imóveis acima de R$ 100 mil, o parcelamento é de 36 ou 48 vezes, com os mesmos juros e sinal de 30%. **(*Estagiária sob supervisão da edição)**

Déficit primário do governo central cai para R$ 9 bi em julho

CONTAS PÚBLICAS Montante registra queda real de 75,3% frente ao mesmo mês de 2023, sem considerar a antecipação do 13º salário para aposentados e pensionistas da Previdência Social

Brasília - Sem o impacto da antecipação do 13º salário a aposentados e pensionistas, as contas do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) fecharam julho com déficit primário de R$ 9,283 bilhões. O valor representa queda real (descontada a inflação) de 75,3% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Apesar da retração, o resultado veio pior do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R$ 7,3 bilhões em julho.

Nos sete primeiros meses do ano, o governo central registra déficit primário de R$ 77,858 bilhões. Em valores corrigidos pela inflação, o montante é 5,2% inferior ao do mesmo período do ano passado, quando havia déficit primário de R$ 79,154 bilhões.

Conforme a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada pelo Ministério da Fazenda, os analistas previam um resultado negativo de R$ 7,3 bilhões em julho FOTO: ADRIANO MACHADO / REUTERS

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo, para o governo central.

No fim de julho, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas projetou déficit primário de R$ 28,8 bilhões para o governo central, o equivalente a um resultado negativo de 0,1% do PIB O valor equivale exatamente a margem de tolerância de déficit de 0,25 ponto percentual do PIB.

Mesmo com a arrecadação recorde neste ano, o governo congelou R$ 15 bilhões do Orçamento. Dos R$ 15 bilhões congelados, R$ 11,2 bilhões foram bloqueados para não descumprir o limite de gastos do novo arcabouço fiscal e R$ 3,8 bilhões foram contingenciados (cortados temporariamente), para não estourar a margem de tolerância das regras fiscais.

Receitas - Na comparação com julho do ano passado, as receitas subiram, mas as despesas despencaram por causa da diferença de calendário do décimo terceiro do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). No último mês, as receitas líquidas subiram 14,5% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 9,5%. No mesmo período, as despesas totais caíram 1,8% em valores nominais e 6% após descontar a inflação.

O déficit primário ocorreu apesar da arrecadação federal recorde em julho. Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de tributos), houve alta de 15,5% em julho na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação.

Os principais destaques foram o aumento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), provocada pelo aumento do lucro de grandes empresas; da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), decorrente da recomposição de tributos sobre os combustíveis e da recuperação da economia; e o aumento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte, por causa da tributação sobre os fundos exclusivos, que entrou em vigor no fim do ano passado.

> **"Nos sete primeiros meses do ano, o governo central registra déficit primário de R$ 77,858 bilhões, com uma retração real de 5,2% ante igual período do ano passado"**

Despesas - Quanto aos gastos, o principal fator de queda mensal foram os gastos com a Previdência Social, que caíram R$ 21,2 bilhões descontada a inflação, principalmente devido à diferença nos calendários de pagamentos do 13º da Previdência Social. No ano passado, o adiamento foi feito de maio a julho. Neste ano, ocorreu de abril a junho.

Turbinados pelo novo Bolsa Família, os gastos com despesas obrigatórias com controle de fluxo (que engloba os programas sociais) subiram R$ 4,12 bilhões acima da inflação em julho na comparação com o mesmo mês do ano passado. Também subiram gastos com créditos extraordinários para o Rio Grande do Sul (+R$ 2,81 bilhões) e R$ 6,9 bilhões para a saúde. **(ABr)**

Indicadores Econômicos

Dólar

		05/09/2024	04/09/2024	03/09/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,5710	R$ 5,6390	R$ 5,6410
	VENDA	R$ 5,5710	R$ 5,6400	R$ 5,6410
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,6043	R$ 5,6353	R$ 5,6218
	VENDA	R$ 5,6049	R$ 5,6359	R$ 5,6224
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,6110	R$ 5,6700	R$ 5,6720
	VENDA	R$ 5,7910	R$ 5,8500	R$ 5,8520

Fonte: BC

Inflação

Índices	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,81%	0,61%	-	1,71%	3,82%
IPC-Fipe	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	0,26%	0,06%	-	1,93%	3,17%
IGP-DI (FGV)	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,50%	0,83%	-	1,95%	4,16%
INPC-IBGE	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	0,25%	0,26%	-	2,95%	4,06%
IPCA-IBGE	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	0,21%	0,38%	-	2,87%	4,50%
IPCA-IPEAD	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	1,23%	0,55%	-	5,64%	7,80%

TR/Poupança

27/07 a 27/08	0,0671	0,5674
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774
01/09 a 01/10	0,0675	0,5678
02/09 a 02/10	0,0714	0,5718
03/09 a 03/10	0,0718	0,5722
04/09 a 04/10	0,0718	0,5722

Ouro

	05/09/2024	04/09/2024	03/09/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.516,42	US$ 2.493,95	US$ 2.492,72
BM&F-SP (g)	R$ 451,95	R$ 451,90	R$ 449,74

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24	0,08	0,25
UPC (R$)	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08	24,44	24,44
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67	6,91	6,91

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50
Julho	0,91	10,50
Agosto	0,87	10,50

Reservas Internacionais

04/09.. US$ 368.472 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,8018	0,817
COLON/COSTA RICA	35	0,3565	0,3593
COLON/EL SALVADOR	40	0,01076	0,01086
COROA DINAMARQUESA	55	0,8334	0,8335
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04055	0,04063
COROA NORUEGUESA	65	0,5262	0,5264
COROA SUECA	70	0,5463	0,5465
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,5258	1,5261
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,7695	3,7704
DOLAR/BAHAMAS	155	5,6043	5,6049
DOLAR CANADENSE	165	4,1464	4,1472
DOLAR DA GUIANA	170	0,02663	0,02695
DOLAR CAYMAN	190	6,7117	6,7938
DOLAR CINGAPURA	195	4,3087	4,3095
DOLAR HONG KONG	205	0,7189	0,719
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,821	0,833
DOLAR DOS EUA	220	5,6043	5,6049
FORINT/HUNGRIA	345	0,01582	0,01583
FRANCO SUICO	425	6,6292	6,6307
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007254	0,0007256
IENE	470	0,03907	0,03908
LIBRA/EGITO	535	0,1156	0,1158
LIBRA ESTERLINA	540	7,3775	7,3789
LIBRA/LIBANO	560	0,0000625	0,0000626
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,000431	0,0004311
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1747	0,1749
NOVO SOL/PERU	660	1,4765	1,4773
PESO ARGENTINO	665	0,06672	0,06677
PESO CHILE	715	0,005943	0,005949
PESO/COLOMBIA	720	0,001341	0,001342
PESO/CUBA	725	0,2335	0,2335
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09327	0,0939
PESO/FILIPINAS	735	0,1001	0,1001
PESO/MEXICO	741	0,2804	0,2807
PESO/URUGUAIO	745	0,1387	0,1388
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7236	0,7253
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002661	0,002677
RENMINBI HONG KONG	796	0,7902	0,7903
RIAL/CATAR	800	1,5371	1,5381
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4929	1,4932
RINGGIT/MALASIA	828	1,2913	1,2928
RUBLO/RUSSIA	830	0,06296	0,06298
RUPIA/INDIA	860	0,06671	0,06676
WON COREIA SUL	930	0,004197	0,0042
EURO	978	6,218	6,2192

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Maio/2024	Julho/2024	0,002832	0,005234
Junho/2024	Agosto/2024	0,003207	0,005610

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

23/08	0,01365823	3,04853405
24/08	0,01365880	3,04866079
25/08	0,01365935	3,04878462
26/08	0,01365991	3,04891012
27/08	0,01366019	3,04897093
28/08	0,01366019	3,04897093
29/08	0,01366019	3,04897093
30/08	0,01366062	3,04906731
31/08	0,01366106	3,04916471
01/09	0,01367115	3,05141767
02/09	0,01367115	3,05141767
03/09	0,01367158	3,05151470
04/09	0,01367202	3,05161246
05/09	0,01367246	3,05171087
06/09	0,01367290	3,05180928

Fonte: Fenaseg

TBF

29/08 a 29/09	0,8145
30/08 a 30/09	0,7772
01/09 a 01/10	0,7760
02/09 a 02/10	0,8150
03/09 a 03/10	0,8184
04/09 a 04/10	0,8186

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Julho	1,0450
IGP-DI (FGV)	
Julho	1,0416
IGP-M (FGV)	
Julho	1,0382

Agenda Federal

Dia 6

Salário - Pagamento dos salários mensais relativos a agosto/2024. Consultar o documento coletivo de trabalho da categoria profissional, que pode estabelecer prazo específico para pagamento dos salários aos empregados.
Notas:
(1) O prazo para pagamento dos salários mensais é até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. Na contagem dos dias, incluir o sábado e excluir os domingos e os feriados, inclusive os municipais.
(2) NÃO caracteriza infração ao prazo citado na nota (1), o pagamento, no prazo para quitação do salário do mês subsequente, de:
a) parcelas variáveis da remuneração do empregado, relativas ao trabalho realizado APÓS O DIA 20 de cada mês; e
b) devoluções de descontos decorrentes de faltas, atrasos e saídas antecipadas, quando justificados APÓS O DIA 20 de cada mês.
(Portaria MTP nº 671/2021, art. 101-B). Recibo

Salário - Domésticos - Pagamento dos salários mensais dos empregados domésticos relativos a agosto/2024 (Lei Complementar nº 150/2015, art. 35).
Nota: O empregador doméstico é obrigado a pagar a remuneração ao empregado até o dia 7 do mês seguinte ao da competência. Assim, tendo em vista que o prazo para pagamento do salário de agosto/2024 recai em 07.09.2024 (sábado, feriado nacional), o pagamento deve ser antecipado para 06.09.2024 (6ª feira), salvo se o empregado trabalhar em 07.09.2024 (sábado) e o pagamento for feito em dinheiro, situação em que a quitação poderá ocorrer neste dia.
Recibo

Dia 10

Comprovante de Juros sobre o Capital Próprio - PJ - Fornecimento, à beneficiária pessoa jurídica, do Comprovante de Pagamento ou Crédito de Juros sobre o Capital Próprio no mês de agosto/2024 (art. 2º, II, da Instrução Normativa SRF nº 41/1998). Formulário

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de agosto/2024 incidente sobre produtos classificados no código 2402.20.00 (cigarros que contenham tabaco), e as cigarrilhas classificadas no Ex 01 do código 2402.10.00 da TIPI (Cód. DARF 1020).
Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Documento - de recolhimento - Envio ao sindicato - Envio, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados, da cópia do documento de recolhimento das contribuições previdenciárias relativa à competência agosto/2024 (Lei nº 8.870/1994, art. 3º).
Documento de recolhimento (cópia)

Dia 13

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis:
a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc).
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "a"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

EFD - Contribuições - Entrega da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de julho/2024 (Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, art. 7º). Internet

IOF: Pagamento do IOF apurado no 1º decêndio de setembro/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1º a 10.09.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei

VIVER EM VOZ ALTA

ROGÉRIO FARIA TAVARES

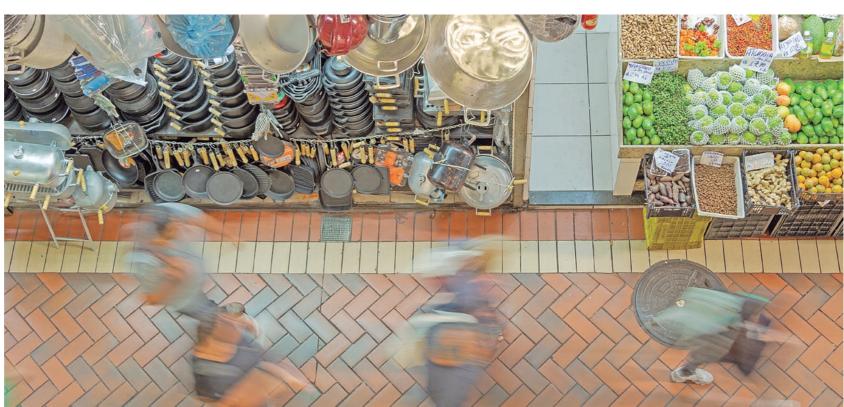
Jornalista. Doutor em Literatura. Presidente Emérito da Academia Mineira de Letras

A chegada de Paulo Haddad à AML

Entre os antigos ocupantes da cadeira de número 20 da Academia Mineira de Letras (AML) estão o notável poeta Emílio Moura, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, a Face; o jurista Ariosvaldo de Campos Pires, antigo diretor da Faculdade de Direito e um dos mais reputados criminalistas brasileiros, e o saudoso Hindemburgo Chateubriand Pereira-Diniz, que presidiu o BDMG e a Fundação João Pinheiro. Falecido há pouco mais de três meses, Hindemburgo foi sucedido por um amigo: o economista Paulo Roberto Haddad, mineiro de Oliveira. Docente na Face, onde foi um dos fundadores e o primeiro presidente do Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional), hoje um centro de excelência reconhecido nacionalmente, Haddad foi também secretário de Estado da Fazenda e do Planejamento, e titular das mesmas pastas no governo federal, então comandado pelo honrado mineiro Itamar Franco.

Autor de vários livros e inúmeros artigos especializados, sobretudo, em Economia, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Paulo Haddad integrará, a partir de sua posse, um colegiado eclético, plural e inclusivo, onde terá a companhia de acadêmicos das mais distintas formações e trajetórias, como é desejável em toda instituição voltada para o refinamento do pensamento humano, a ampliação de seus horizontes e de suas perspectivas, e, principalmente, para o culto do diálogo e do respeito à divergência.

Fundada em 1909, em Juiz de Fora, por um grupo de intelectuais defensores de valores como a Educação, a Cultura, as Artes, a Ciência e a Democracia, a AML permanece fiel ao sonho de seus idealizadores, mantendo levantada a tocha que acenderam há cento e quinze anos. O Estado e o País apreciam agremiações longevas, sólidas, consistentes, capazes de iluminar e inspirar aqueles que com ela convivem, seja pela qualidade de seus membros, seja pela atualidade e pela relevância da programação que é capaz de elaborar e oferecer.

Vigorosa difusora e divulgadora de conhecimentos, a AML também produz conhecimento, o que pode ser comprovado pela leitura dos volumes de sua famosa Revista, surgida em 1922, quando o presidente da Casa de Alphonsus de Guimaraens e de Henriqueta Lisboa era o poeta Mário de Lima. Nas versões impressa e digital (disponível, sem custos, em seu site na internet), nossa publicação abre espaço para o melhor da literatura e do ensaio, convocando sempre talentosos escritores para nela veicularem seus textos. Para 2024, está previsto o lançamento de dois novos números, cada um com mais de quinhentas páginas.

Neste sábado (7), Mercado Central vai comemorar 95 anos com novidades em sua tradicional marca FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Mercado Central KTO: a nova marca aos 95 anos

itatiaia

Prestes a completar 95 anos neste sábado (7), o Mercado Central de Belo Horizonte iniciou uma parceria com a plataforma de apostas esportivas e jogos *on-line* KTO, também conhecida como "Know The Odds". Pela primeira vez na história, um mercado brasileiro fecha acordo pelos *naming rights*, e, agora, o tradicional ponto comercial mineiro se chamará "Mercado Central KTO".

O acordo prevê que a plataforma deverá realizar patrocínios no local e, além disso, é visto como uma forma valorizar a tradição do maior mercado central da América Latina. "O Mercado Central vem, neste momento, lançar o *naming rights* da instituição junto à KTO, primeira parceria do tipo no mundo. Eleito o 3° melhor mercado do mundo e o 1° do Brasil, celebramos este momento dando a largada para o centenário em 2029", afirma o diretor-presidente do Mercado Central, Ricardo Campos Vasconcelos.

Em meio a diversos investimentos em símbolos importantes para os mineiros, como nos times de basquete e vôlei do Minas Tênis Clube, o compromisso da KTO com o Mercado Central reforça os investimentos que a marca tem feito no Estado.

"É um orgulho imenso para a KTO poder contribuir com a preservação e valorização de um dos grandes patrimônios de Belo Horizonte. Este movimento só reafirma ainda mais o nosso compromisso com Minas Gerais e com os mineiros", comenta Cássio Filter, da Brazil Country Manager.

> **"É um orgulho imenso para a KTO poder contribuir com a preservação e valorização de um dos grandes patrimônios de Belo Horizonte"**
> Cássio Filter

Festa de aniversário vai agitar avenida Augusto de Lima

CLÁUDIA DUARTE, Editora

Não dá para pensar Belo Horizonte sem o querido Mercado Central. E o conhecidíssimo cartão-postal da Capital, que vai completar 95 anos neste sábado (7), chega agora com a novidade de ser Mercado Central KTO e prepara uma festa especial – a caminho do centenário.

Fundado quando BH tinha apenas 31 anos de existência, o Mercado tem história e guarda muitas tradições em seus corredores e mais de 400 lojas. Produtos típicos como cachaças, queijos, doce de leite e goiabada são reverenciados por belo-horizontinos e turistas. Nas laterais, bares e restaurantes são ponto de encontro da clássica boemia mineira. Entre vários ícones estão o Bar da Lora, que serve o famoso fígado acebolado com jiló; a Tradicional Limonada, com o refresco gelado, que é imbatível; o Comercial Sabiá, onde o pão de queijo com pernil é sucesso e o Rei do Torresmo, com a inigualável iguaria servida por lá há anos.

O Mercado, chegando perto de seu centenário, vai promover um evento gratuito de 95 anos na avenida Augusto de Lima, com shows e muita gastronomia e com organização da Box. Bold Xperiences. Os ingressos estão disponíveis para retirada na plataforma da Ingresse (*ingresse.com/mercadocentral*). Ainda há ingressos para a festa, mas é bom não esperar muito. O evento é apresentado pela KTO, além de patrocinadores.

Patrimônio da Capital é reconhecido com o terceiro melhor mercado do mundo e o primeiro do Brasil FOTO: DIVULGAÇÃO / MERCADO CENTRAL

A celebração vai ocupar a avenida com diversas barracas da gastronomia do Mercado e de convidados. A festa não podia ficar sem música: nas 12h de programação, de 9h às 21h, sete atrações musicais se apresentam. Tem espaço para o pop, para a música brasileira e para o chorinho e samba, que fazem parte da vivência de qualquer frequentador assíduo dos bares da Capital.

"Começando a contagem regressiva para o centenário, a gente quer celebrar tudo que esse local reúne: cultura, gastronomia e história. O Mercado Central é um lugar de integração entre os próprios mineiros, nosso lugar de encontro e conforto, mas também é essa potência que mostra a riqueza das nossas tradições pra todo o mundo. Todo turista que vem para BH, com certeza escuta: 'você tem que conhecer o Mercado Central'", comenta Guilherme Rabelo, um dos sócios do evento.

Entre as atrações musicais, tem a animação carnavalesca do Baile do Maguá, que coloca diversos estilos brasileiros no ritmo do repique. Também tem rock, com a banda Ca$h, já com 23 anos de estrada, celebrando diferentes gerações do gênero. O sertanejo é com a dupla Castelli & Thiago, fusão de duas vozes singulares de BH. Já o grupo Trem dos Onze representa o efervescente samba mineiro, que conquista qualquer um, com repertório cheio de clássicos.

SERVIÇO

Mercado Central 95 anos
Dia: 7 de setembro
Horário: 9h às 19h
Local: Av. Augusto de Lima, 744 Centro - Belo Horizonte
Acesso gratuito
Retirada de ingressos pela *ingresse.com/mercadocentral*
Mais informações: *https://www.instagram.com/bebox.cc/*